



# NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES — SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO

PRESIDENTE NINO VIEIRA NA ABERTURA DA II SESSÃO DA ANP

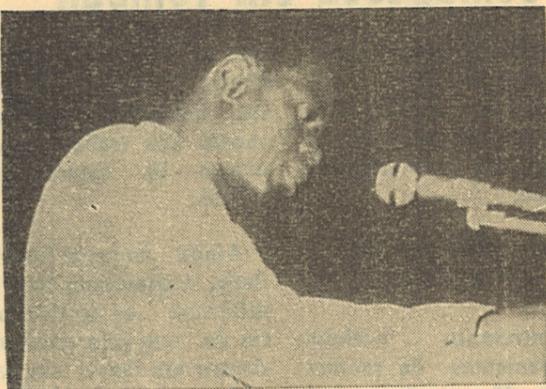
## GOVERNO ESTÁ FIRMEMENTE DECIDIDO A FAZER DO PAÍS UM ESTADO DE DIREITO

O Presidente do Conselho de Estado, João Bernardo Vieira, afirmou que o governo guineense está «firmemente decidido a fazer com que o nosso país seja um verdadeiro Estado de direito».

Nino Vieira que discursou ontem na sessão solene de abertura da segunda reunião ordinária da terceira legislatura da Assembleia Nacional Popular, fez uma análise crítica sobre a evolução do estado da Nação, passando em revista todos os sectores da vida nacional e apresentando os resultados e razões de ser de determinadas medidas.



### PAULO CORREIA REGRESSOU DA CHINA



O Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Estado e ministro de Estado da Justiça e Poder Local, camarada Paulo Correia, que regressou, segunda-feira, a B'ssau, depois de uma visita privada a República Popular da China, declarou aos órgãos de comunicação Social nacionais ter o governo chinês manifestado a sua vontade de aumentar e reforçar os laços de cooperação com a Guiné-Bissau, no decurso das audiências que lhe concederam os responsáveis de Pequim.

Paulo Correia que escalou Portugal, onde permaneceu três dias, apontou os domínios de agricultura, Forças Armadas, saúde e desporto como sendo as áreas que presentemente beneficiam da cooperação guineo-chinesa.

### REUNIAO DO CONSELHO DE ESTADO

Os membros do Conselho de Estado reuniram-se, segunda-feira, sob a presidência do Chefe da Nação, camarada João Bernardo Vieira, para analisarem a questão da atribuição das medalhas «Colinas de Boé» aos membros do ex-Conselho da Revolução que até a data da sua extinção se encontravam em actividade. Na reunião, discutiu-se, também, a questão da elaboração de um regulamento interno para as actividades das milícias populares, informou o camarada Vasco Cabral, ministro de Estado da Presidência para os Assuntos Económicos e Secretário do Conselho de Estado.

Segundo Vasco Cabral, os membros do Conselho de Estado analisaram, por outro lado, as propostas que deverão ser submetidas a apreciação da Assembleia Nacional Popular (ANP) concernentes às imunidades parlamentares dos deputados, assim como o projecto da ordem do dia e alguns aspectos de ordem disciplinar referentes ao comportamento de alguns deputados. (pág. 3)

### EMBAIXADOR DA NIGERIA ENTREGA CREDENCIAIS



O novo embaixador da Nigéria na Guiné-Bissau, Gboko Yough entregou, sábado passado, as cartas que o acreditam como embaixador extraordinário e plenipotenciário junto do Governo guineense.

No seu discurso, diplomata nigeriano disse que a Guiné-Bissau e a Nigéria partilham muitas afinidades em comum, particularmente as similaridades geográficas, históricas e culturais (ver pág. 3)

# 1.º de Maio nas regiões

As actividades políticas, culturais, desportivas e recreativas marcaram a passagem do Dia Internacional dos Trabalhadores, nas diferentes regiões que compõem o território nacional.

Em Gabú, Bafatá, Oio e a região de Cacheu, os responsáveis regionais do Partido e Estado evocaram a data, explicando aos camponeses o significado do dia, a problemática das queimadas e suas consequências, e a importância do mês da árvore no equilíbrio ecológico.

Na Região de Gabú, durante o comício presidido por Mário Mendes do CC do PAIGC, e secretário-geral da UNTG, o Sector de Pirada foi premiado de «Sector-modelo», pelos êxitos alcançados na campanha agrícola 84/85.

Uma bandeira e medalha de bronze da UNTG foram entregues ao camarada Mamadú Dabó, presidente do Comité do Partido e Estado do Sector-modelo. Por outro lado, os camponeses considerados os

melhores produtores na campanha, Sambel Embaló, de Candjiá e Bacar Baldé, de Cansamechi receberam medalhas de bronze, que os classificam de melhores produtores nacionais.

Assistiram ao acto os camaradas Malam Bacai e Cau Sambu, ambos do CC do PAIGC, presidente do Comité de Partido e Estado da Região de Gabú, secretário para a Organização do Partido na região. A cerimónia contou ainda com a presença do Coronel Mamadu Alfa, membro da comissão inter-regional do leste.

Em Bafatá, sector de Cossé, Simões Sila, presidiu o comício, na qualidade do primeiro secretário da URTB, na presença do camarada Amaro Correia, executivo regional.

Na região de Oio, Sector de Mansabá, Sector-piloto na produção agrícola, o agricultor Mutaro Biaguê, o melhor produtor da região, recebeu uma medalha de bronze «Mártires de Pindjiguiti». O camarada Jorge Ampa, delegado do secretariado nacional da UNTG, presidiu a cerimónia, na presença dos camaradas



Biaguê Sumaré, chefe do executivo regional e do Alexandre Cul N'Sallan, secretário para a Organização do Partido na região.

As manifestações do dia 1 de Maio em Farim, perdem, ano após ano, o carácter emocionante que há muito se vinha revestindo. O nosso repórter esteve presente no acto comemorativo e verificou que as habituais participações das «mandjuandas secumbiram».

Pode-se dizer que na tradicional cerimónia

desse dia mundialmente festejado pelos trabalhadores esteve presente somente um terço da população local em que se realizou um desfile, englobando organismos estatais e privados, com a excepção dos bairros da cidade. No referido desfile, elogiou-se muito a atitude da caravana do Hospital «Titina Silá» que aproveitou a festa para a campanha de sensibilização de sangue.

A mesa da cerimónia esteve presidida pelo camarada Teófilo Fer-

nandes, primeiro secretário da UNTG na Região de Oio que, em poucas palavras analisou a importância do dia 1 de Maio, O acto decorreu na presença dos camaradas Alfredo Dafé, segundo secretário da JAAC na Região, João Quinhim, Presidente do Comité de Partido e Estado do Sector de Farim, Mariama Sani e Rosa Barbosa, ambas da UDEMU, entre outras altas personalidades estatais e de organizações de massa.

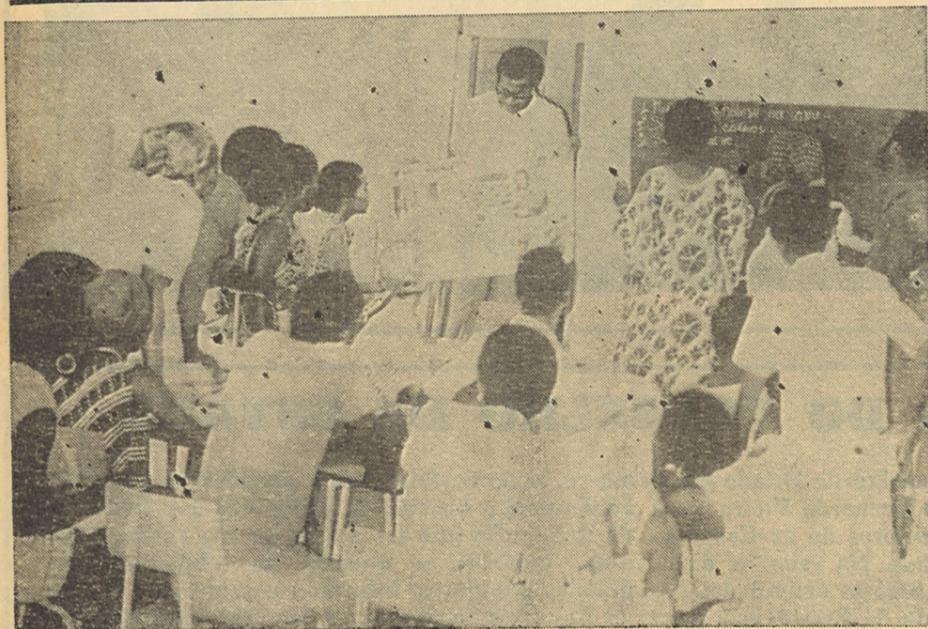
## Actividades da JAAC em Bafatá

Uma delegação da JAAC de Bafatá visitou segunda-feira o sector de Xitole onde se inteirou do funcionamento das estruturas da JAAC naquela localidade.

Em Xitole o secretariado regional da JAAC teve um encontro com os responsáveis da organização da JAAC durante a qual constataram que no referido sector existem 34 comités de Base da JAAC.

A delegação se inteirou do pagamento das quotas e das perspectivas do seu aumento.

A delegação também teve sessão de trabalho com os responsáveis da organização em Saltinho e Bambadinca onde tomaram conhecimento dos preparativos para o próximo festival nacional da juventude a realizar-se ainda este ano em Bissau.



## Xitole: Terminou seminário de saúde de base

Trinta e uma mães e trinta e dois agentes da saúde de base concluíram no sector de Xitole, um seminário de base de 21 dias, cujos temas estavam relacionados com os cuidados primários da saúde, indicou a ANG.

Os seminaristas, oriundos dos diferentes sectores e secções da região de Bafatá, foram orientados pelo coordenador do projecto da saúde de base na localidade, camarada Aladjé Iaiá Embaló.

Na região de Bafatá nomeadamente nos sectores de Bambadinca e Xitole, segundo o correspondente da ANG, existem 19 unidades da saúde de base e numericamente cerca de 110 agentes que garantem a cobertura no domínio sanitário de 9 132 habitantes.

O Ministério da Saúde Pública está a perspectivar, de acordo com a mesma fonte, alargar ainda este ano as estruturas do projecto da

saúde de base aos sectores de Gã-Mamudo e Contuboeil.

No âmbito da acção preventiva contra as doenças de sarampo, poliomielite, gripe, BCG e tétano, uma equipa de agentes de Saúde Pública, conduzida pelo Dr. Celestino Costa, director regional, procedeu uma campanha de vacinação contra os males acima referidos na secção de Saltinho e antiga zona-7.

## Gabú sem água

A cidade de Gabú enfrenta grandes dificuldades com a falta de água que se verifica, actualmente, na antiga nascente, informou Hilário Sanhã, responsável regional dos recursos hídricos daquela localidade.

Segundo Sanhã, a situação vai melhorar com a entrada em funciona-

mento de um furo com trinta e seis metros de profundidade com um caudal de ensaio de catorze metros cúbicos por hora.

Para se inteirar desta situação, esteve, quinta-feira, na cidade de Gabú, uma delegação do Ministério dos Recursos Naturais, chefiada pelo

Secretário de Estado, camarada Pio Correia.

Pio Correia visitou ainda a nova instalação dos Recursos Naturais em construção na sede regional, que compreende uma oficina auto, cinco blocos residências, uma oficina para manutenção de bombas, e um bloco administrativo.

## Delegação da semapesca em Tombali

A fim de efectuar a pesquisa em camarões de vários números, encontra-se na região de Tombali, concretamente nos sectores de Catió e Caci-ne, uma delegação da Semapesca conduzida por Jean Mendes.

Depois de vários contactos com os responsáveis locais e pesquisas feitas, encontraram gran-

de quantidade de camarão que vai desde o número 1 a 4, o que indica que as perspectivas de pesca são boas naquela região.

DIRECTOR DO PIC EM CABOXANQUE

Entretanto notícias porvenientes da mesma fonte dão conta que se encontra em Caboxan-

que o Director do PIC, Carlos Silva (Pepito), que irá inteirar-se do andamento dos trabalhos no centro da estação de DEPA.

Ainda naquela localidade, o camarada Pepito informou os fruticultores de que irão receber, dentro em breve, um camião para os trabalhos da fruticultura.

## Tite: Formação do comité Sindical

A formação do comité sindical a nível das escolas primárias do sector de Tite, foi ponto discutido, sábado, numa reunião da União Sindical dos Trabalhadores daquela localidade.

Ainda na reunião foi eleito para o cargo do presidente do comité sindical, a camarada Laura Assunção da Cunha e vice-presidente, Quintino da Silva Miranda.

Entretanto, encontra-

-se neste momento em visita de trabalho no sector de Empada, o camarada Januário Natoury, director do Ensino Básico para se inteirar do andamento dos trabalhos do ensino naquela localidade.

# Reunião do Conselho de Estado

Sob a presidência do General de Divisão João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho de Estado, efectuou-se na manhã de segunda-feira no salão do Conselho de Ministros, a reunião do Conselho de Estado — informou o camarada Vasco Cabral, ministro de Estado da Presidência para os Assuntos Económicos e Secretário do Conselho de Estado.

Esta reunião, segundo

a mesma fonte, analisou a questão da atribuição de medalhas «Colinas de Boé» aos membros do ex-Conselho da Revolução que até a data da extinção daquele órgão, se encontravam em actividade.

Também, foi discutida a questão da elaboração de um regulamento interno para as actividades das milícias populares.

No decurso da mesma, a que assistiram todos

os membros do Conselho de Estado, abordaram-se de proposta de adesão à Assembleia Nacional Popular (ANP), relativas às imaturidades parlamentares de certos deputados.

O projecto da ordem do dia a apresentar aos deputados na segunda sessão ordinária da Terceira Legistatura da ANP foi, igualmente, discutido, tendo sido também analisados alguns aspectos

da ordem disciplinar referentes ao comportamento de alguns deputados.

Composto por 15 membros eleitos de entre os deputados da ANP na primeira sessão de cada legislatura, o Conselho de Estado é o órgão da ANP que, entre as sessões legislativas, assume a competência, executa as suas decisões, exerce as funções que lhe são atribuídas pela Constituição e pelas Leis.

## Escola de Direito de Bissau em vias de paralização

A falta de professores portugueses poderá motivar o encerramento da Escola de Direito de Bissau, disse domingo à Rádio Nacional, o Director daquele organismo, Wilson Barbosa.

Apenas três professores soviéticos, auxiliados por uma intérprete da mesma nacionalidade, asseguram o funcionamento parcelar da escola, em condições de «deficiência», acrescentou.

Segundo apurou a ANOP, segunda-feira, em Bissau, os professores portugueses para a Escola de Direito, normalmente oriundos de Coimbra e Lisboa, ainda não partiram de Portugal, dado que a Guiné-Bissau não lhes garante condições de

alojamento «adequadas».

Normalmente, entre três e quatro professores de Direito leccionam na escola de Bissau, criada em 1979 pelo então Comissário do Justiça (actual Ministério).

A estrutura visava garantir a formação, na Guiné-Bissau, de técnicos de Direito a nível de bacharel, para preencher as lacunas existentes no aparelho administrativo estatal e nas empresas públicas guineenses.

Apesar das «notórias» carências, que, apesar de constantes, a escola sempre funcionou, não tendo atingido nunca — disse ainda Wilson Barbosa — «o estado crítico» que actualmente atravessa.

## França concede dois milhões de francos

O governo francês concedeu a Guiné-Bissau dois milhões de francos para o estudo da viabilidade do projecto dos fosfatos do norte do país, respeitante as minas, infra-estruturas de transportes e de avacuação no porto, pela via marítima, informou o camarada António Cardoso, Director-Geral de Geologia e Minas do Ministério dos Recursos Naturais.

António Cardoso que tinha deslocado a França para manter contactos com os responsáveis franceses, revelou que foi assinado um acordo para o início dos trabalhos da quarta fase do projecto do fosfato, que visa o estudo da pré-factibilidade e manteve, igualmente, contactos com a empresa francesa Soiremires que irá programar os trabalhos para o mês de Junho.

De regresso a Bissau, o Director-Geral da Geologia e Minas contactou uma empresa portuguesa de prospecção geológica mineira para o programa de reestruturação do Departamento de Geologia e Minas que de momento visa dois objectivos, que é de reestruturação do laboratório do Ministério dos Recursos Naturais e Indústria, e seguimento do projecto de fosfato até a sua exploração.

## Pescado para mercado interno

Por solicitação feita pela Secretaria de Estado das Pescas, ao Ministério da Indústria pesqueira soviética, no quadro dos acordos de cooperação que ligam os dois organismos, procedeu-se sábado passado ao desembarque de 220 toneladas de pescado capturadas pelo barco Ruven, nas águas territoriais, e que será comercializado no país.

Esta medida visa, segundo o responsável pelo pelouro das pescas guineense, camarada Luis Sanca, equilibrar o abastecimento do pescado ao mercado interno.

«A Estrela do Mar tem, por missão, fornecer a parte das suas capturas ao mercado interno e exportar a outra, de modo a fazer face aos encargos que se tradu-

zem em cobrir as despesas em divisas, segundo o plano da sociedade», explicou o Secretário de Estado das Pescas, que visitou «Ruven» na companhia de um técnico, Paul Turpin.

«Ruven» receberá 15 por cento relativos ao pescado fornecido ao mercado interno, na base do regime de licenças piscatórias passadas pela Guiné-Bissau.

## Embaixador nigeriano entrega credenciais

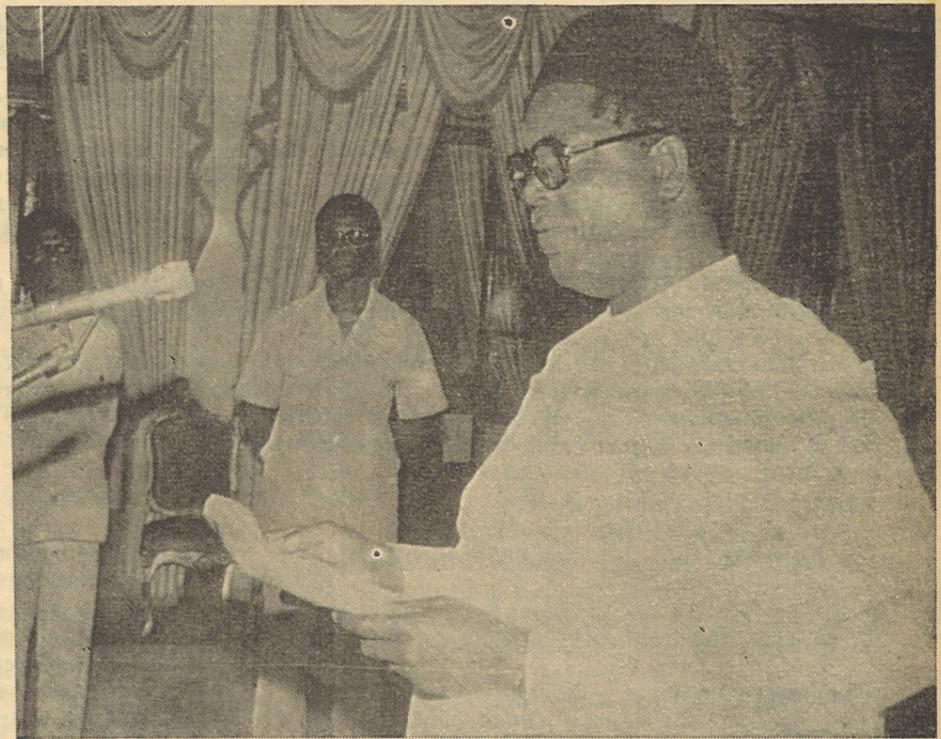
O Presidente do Conselho de Estado, camarada João Bernardo Vieira recebeu no dia 4, sábado, numa cerimónia efectuada no Palácio da República, das mãos do Senhor Gboko Yough, as cartas que o acreditam como embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Nigéria junto do nosso Governo.

No seu discurso, o diplomata nigeriano afirmou que a Nigéria e a Guiné-Bissau partilham muitas afinidades em comum, particularmente as similaridades geográficas, históricas e culturais.

Por outro lado, aquele diplomata disse que «os dois países sendo membros da Comunidade

de Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Organização da Unidade Africana (OUA), têm estado a trabalhar incansavelmente para a unidade e o progresso da nossa sub-região e da África, para pavimentar o caminho de uma vida melhor, não só no presente, mas também para as gerações futuras».

Assistiram ao acto os camaradas Filinto Barros, ministro dos Recursos Naturais e Indústria, Alexandre Nunes Correia, ministro da Saúde Pública e Bartolomeu Simões Pereira, ministro da Coordenação Económica, Plano e Cooperação Internacional.



## Seminário sobre jornalismo radiofónico

A convite da Secretaria de Estado da Informação guineense, chegou a Bissau, segunda-feira, 5 do corrente, para leccionar um curso de jornalismo radiofónico de 30 dias aos elementos da rádio nacional, o jornalista português Adelino Gomes.

Adelino Gomes que já esteve na Guiné-Bissau em serviço como

cooperante, vai proporcionar aos profissionais da rádio guineense um curso prolongado de aperfeiçoamento de seis meses, e desloca-se desta vez ao país no âmbito das acções de cooperação e assistência técnica jornalística financiadas pelas Nações Unidas para o Desenvolvimento (P.N.U.D.).

A presente formação vem enriquecer outra, realizada no passado mês de Dezembro, em que participaram os quadros de informação a nível da Agência Noticiosa, Jornal Nô Pintcha e Radiodifusão, orientado pelo jornalista da ANOP, Jorge Heitor, e que teve a duração de 30 dias.

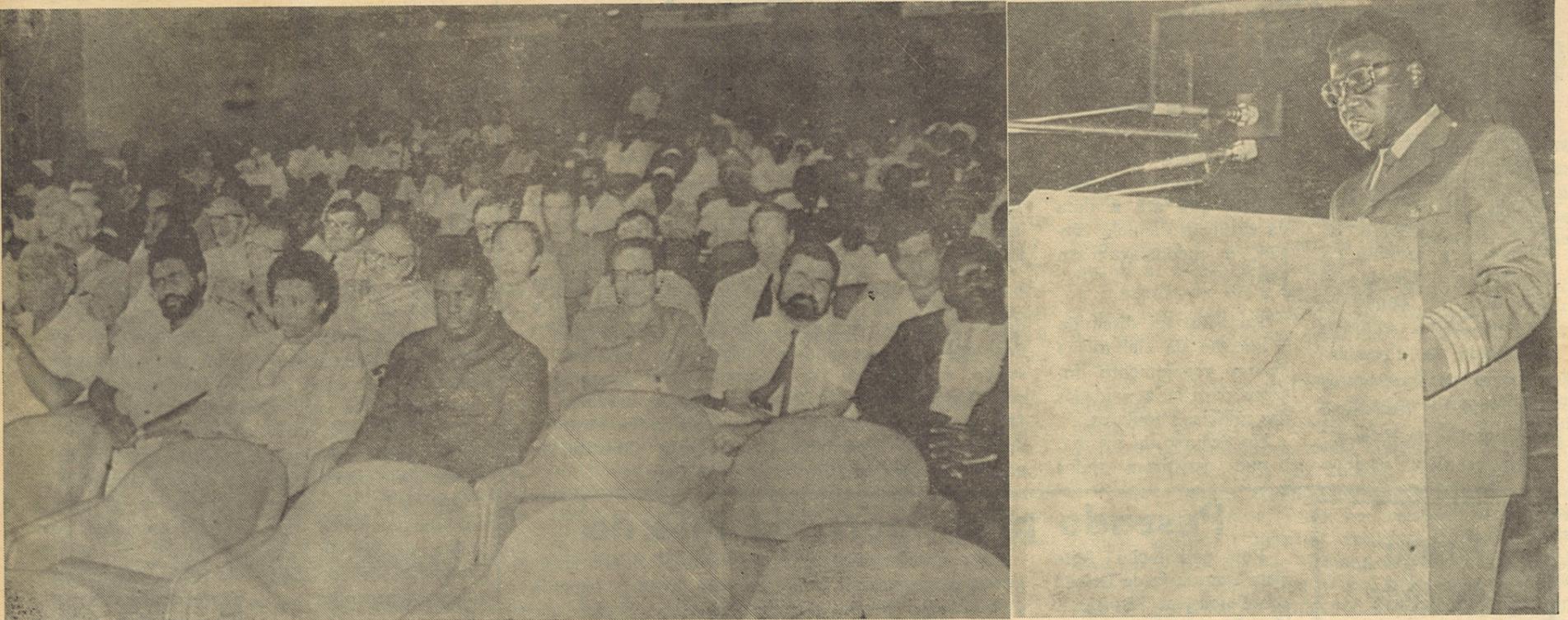
## Concurso de bolsas de estudo para lingua e cultura portuguesa

Encontra-se aberto, no Ministério da Educação, Cultura e Desportos, um concurso documental para três bolsas concedidas pelo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, a atribuir a titulares de um grau universitário, para investigação no domínio da língua e cultura portuguesa.

O prazo do concurso decorrerá até o dia 30 de Maio, devendo

os candidatos proceder a entrega do documento comprovativo de posse de grau universitário (diploma) e preencher os formulários que serão facultados pela sessão de bolsas de estudo deste Ministério.

Para mais informações, os interessados devem dirigir-se à referida secção de bolsas de estudo.



## Não há desenvolvimento sem participação consciente das massas populares

«Apesar do esforço notável que temos vindo a fazer no sentido de ultrapassar algumas barreiras que se nos apresentam no processo de Reconstrução Nacional, constatamos que continuam a acumular-se algumas dificuldades reais» afirmou o camarada Presidente Nino Vieira na sessão solene de abertura da segunda reunião ordinária da terceira legislatura da Assembleia Nacional Popular.

São de facto essas dificuldades que o camarada Presidente inumera no seu longo discurso sobre a evolução do estado da Nação apresentado ontem perante os deputados eleitos em Abril do ano passado, no seio dos Conselhos Regionais.

Igualmente, na sua intervenção, que passamos a transcrever na íntegra, o Presidente do Conselho precisou que a possibilidade de sucesso deste nosso processo é tanto maior quanto melhor soubermos mobilizar para a causa da edificação de uma Pátria africana forte e progressista, a consciência e o patriotismo de todas as forças vivas da Nação guineense.

No balanço da situação económica e social do país que constitui documento de debate na ANP, o Presidente Nino Vieira falou também das vitórias conseguidas nesses sectores da vida nacional.

A ANP vai discutir e aprovar o orçamento da Assembleia Nacional Popular, o projecto lei orçamentária e o Orçamento Geral do Estado para o ano de 1985, o regimento interno e a lei orgânica deste órgão de soberania e o estatuto dos deputados. Estão também inscritos na ordem de trabalhos a revisão da lei do Imposto de Reconstrução Nacional, questões de ordem disciplinar e a eleição das comissões permanentes e eventuais da ANP.

A Presidente da Assembleia sublinhou na sua intervenção que «hoje os nossos órgãos de soberania de eleição popular, renasceram ainda mais fortes e decididos a cumprir na íntegra o seu papel de fazer participar todo o nosso povo na gestão da sua vida».

«Se é bem claro para nós de que sabemos para onde vamos, também teremos de conhecer perfeitamente o caminho a percorrer para lá chegar», disse Carmen Pereira para acrescentar que, assim, «teremos de periodicamente parar, olhar para atrás, verificar o caminho andado para ver se o percorremos da melhor maneira e a partir daí encetar a nova caminhada».

Camarada Presidente da ANP,

Camaradas Membros da Direcção Superior do Partido,

Camaradas Membros do Conselho de Estado,

Camaradas Deputados e Membros do Governo,

Excelências Membros do Corpo Diplomático e Consular,

Camaradas e Amigos,

Neste momento em que concentramos toda a nossa energia e capacidade criadora para ultrapassar os obstáculos que nos são impostos por uma ordem económica internacional injusta, o mundo atravessa um período bastante crítico da sua história.

A crise económica intala-se numa escala sem precedentes, afectando todas as nações e com uma incidência maior nos países menos avançados. Esboça-se dessa forma para os países em vias de desenvolvimento um quadro bastante sombrio.

Paralelamente à deterioração da situação económica internacional multiplicam-se os focos de tensão e de guerra e a estabilidade internacional é posta em causa pela estibida aos armamentos e o perigo duma confrontação nuclear.

Esta situação afecta profundamente todos os povos e nações, tanto económica, como política e socialmente.

Caros Camaradas e Amigos:

A nossa assembleia nacional popular, órgão máximo da soberania do povo guineense, reúne-se, hoje, num momento em que o nosso povo é chamado a empreender uma fase decisiva da sua história e do seu processo de desenvolvimento.

Apesar do esforço notável que temos vindo a fazer no sentido de ultrapassar algumas barreiras que se nos apresentam no nosso processo de reconstrução nacional, constatamos que continuam a acumular-se algumas dificuldades reais.

Se essas dificuldades são inerentes à nossa condição de país em desenvolvimento que faz parte do grupo de países menos avançados do mundo, elas resultam quer das nossas próprias debilidades internas quer, e fundamentalmente, do impacto que a deterioração da situação económica internacional produz sobre o conjunto da formação sócio-económica guineense.

Esta situação, embora preocupante, não nos deve conduzir ao desespero.

O nosso glorioso partido — o PAIGC — ensinou-nos que a posição de um revolucionário é a de jamais desesperar, é a de buscar soluções e de saber encontrá-las, tendo em conta que qualquer solução deve ser conforme aos princípios do partido, à dignidade do nosso povo e deve contribuir para preservar, seja de que forma fôr, mesmo impondo-nos sacrifícios, a soberania e a independência nacionais.

É nesta base que agimos durante a gloriosa luta armada de libertação nacional e é assim que teremos de agir no futuro para honrarmos a memória da-

queles que fecundaram com o seu sangue a independência nacional.

Estamos conscientes de que a luta que agora travamos responde às aspirações profundas do nosso povo ao bem-estar e ao progresso e que essa luta se enquadra no movimento geral dos povos que se batem pela sua emancipação e independência, contra todas as formas de exploração e de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes de grupos ou classes.

Todavia, a possibilidade de sucesso deste nosso processo, é tanto maior quanto melhor soubermos mobilizar para a causa da edificação de uma pátria africana forte e progressista a consciência e o patriotismo de todas as forças vivas da Nação Guineense.

A decisão do nosso glorioso Partido de normalizar a vida institucional e fazer regressar ao país a legalidade democrática criou um quadro propício ao reforço da base popular do poder, instituída em consequência do Movimento Reajustador de 14 de Novembro.

Esse processo, que se consumou há precisamente um ano, com a constituição dos Conselhos Regionais, a eleição dos Deputados, a constituição da Assembleia Nacional Popular, a criação do Conselho de Estado, a eleição do seu Presidente e a formação do Governo Constitucional, veio reafirmar a vontade inequívoca do nosso Partido de, por um lado, levar as massas populares da nossa terra a assumir a Direcção e serem elas próprias senhoras do seu destino; e, por outro, criar o quadro institucional legal capaz de promover e dinamizar o desenvolvimento do nosso país de acordo com o legado do nosso líder imortal camarada Amílcar Cabral.

O grau de participação das massas nesse acto democrático de institucionalização confirmou que o PAIGC dispõe de uma larga base de apoio popular. E podemos afirmar, como aliás já tivemos a oportunidade de o dizer noutras ocasiões, que o nosso povo que ontem deu os seus haveres, os seus filhos e às vezes a sua própria vida para a causa da libertação nacional, continua hoje vigilante e activo na defesa das legítimas aspirações da Nação Guineense ao desenvolvimento económico, ao progresso social, à justiça e à paz.

Caros camaradas:

O nosso Partido sempre considerou que não há desenvolvimento sem a participação consciente e responsável das massas populares, isto é, sem a criação de um quadro democrático que possibilite a intervenção das massas populares a todos os níveis do processo de desenvolvimento sócio-económico. A criação da Assembleia Nacional Popular corresponde, pois, a essa necessidade objectiva. Cabe aos Deputados, enquanto representantes legítimos dos interesses das

(Continua na página 5)

# Reafirmação das orientações do III Congresso do PAIGC é uma das maiores vitórias do 14 de Novembro

(Continuação da página 4)

massas laboriosas da nossa terra, o papel de mobilizar o nosso povo para que a sua intervenção junto ao poder possa ser cada vez mais efectiva, para que as massas populares possam exercer o controle das instituições criadas e velar pela aplicação correcta dos princípios programáticos.

As instituições democráticas concebidas e implantadas pelo nosso Partido ainda durante a Luta de Libertação Nacional oferecem um quadro ideal para a materialização dessa nossa opção. A Constituição da República, por outro lado, legitima essa nossa vontade de criar na nossa pátria um poder de novo tipo, assente nos interesses fundamentais do nosso povo trabalhador.

És porque estamos aqui na qualidade de primeiro magistrado da Nação para, de acordo com a Constituição da República, proceder não só ao balanço da actividade governativa mas sobretudo para apresentar a esta instância suprema da soberania da nação, os objectivos que norteiam a acção do nosso executivo na aplicação das directivas económicas, políticas, sociais e culturais emanadas do Partido e da Assembleia Nacional Popular.

Camaradas e amigos:

No plano económico, pode-se afirmar que o nosso país está a atravessar uma fase crucial do seu processo de desenvolvimento e, isto, por vários razões.

É verdade que não houve uma modificação substancial dos parâmetros fundamentais que caracterizavam a situação económica do nosso país na altura do seu acesso à independência.

Subsistem, com efeito, características tais como a carência de infra-estruturas básicas, escassez generalizada de quadros a diversos níveis da vida nacional, os baixos níveis de produção como consequência da seca, das irregularidades climáticas e do insuficiente abastecimento do mundo rural, e a baixa produtividade da nossa máquina produtiva.

É evidente que a acção de tais factores na nossa economia coloca sérios obstáculos à rentabilização das nossas potencialidades, tendo sobretudo em conta os efeitos estranguladores da conjuntura económica mundial que vêm ainda agravar as condições, já se si desfavoráveis, do nosso desenvolvimento.

Convém, a este propósito, invocar o peso da factura petrolífera e as flutuações a que são sujeitos os nossos principais produtos de exportação no mercado internacional.

A particularidade da fase que vivemos não é, por conseguinte, apenas derivada dos males que afectam o nosso organismo económico-social, os quais, como vemos, não são fundamentalmente diferentes dos que já sentimos há 11 anos, no momento da independência.

O que vem conferir toda a sua importância à etapa actual do nosso processo de desenvolvimento é, antes de tudo, o volume e a qualidade do esforço consentido pela nossa população e pelo Governo na prossecução dos objectivos inerentes à estratégia nacional de desenvolvimento, bem como os resultados, lentos mas seguros, que progressivamente vamos alcançando.

A reafirmação inequívoca das orientações emanadas do III Congresso do PAIGC no plano económico é, decerto, uma das maiores vitórias do Movimento Reajustador 14 de Novembro.

Inspirando-se do programa do Partido e das conquistas da Luta de Libertação Nacional, a estratégia assim definida visa essencialmente a eliminação das sequelas da dominação colonial, nos campos económico e social, a liquidação das relações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem, a elevação gradual do nível de vida das nossas populações, em particular das camadas mais desfavorecidas, o aproveitamento e a valorização dos recursos naturais e humanos, rumo à conquista da independência económica.

Estes objectivos baseados nos princípios políticos e ideológicos do PAIGC, constituem a plataforma da política económica adoptada pelo Go-

verno e está essencialmente virada para o saneamento e o relance da economia nacional.

As medidas decorrentes desta política foram judiciosamente sintetizadas no nosso I Plano Quadrienal de Desenvolvimento Sócio-Económico, o qual inclui um programa de estabilização económico-financeira cuja implementação deveria criar condições favoráveis à edificação progressiva de uma economia nacional sã.

A persistência de indicadores económicos conjunturais tais como o crescimento do déficit externo, o desequilíbrio orçamental e a inoperância do sector comercial torna imperiosa a aplicação rigorosa dessas medidas.

Face a esta situação, uma atenção particular foi prestada à questão da autosuficiência alimentar, à correcção dos preços ao produtor, à contenção das despesas públicas e do sector comercial que aliás, está a ser o objecto de uma profunda reforma institucional.

Apesar das enormes dificuldades que o nosso povo continua a enfrentar na sua luta contra o subdesenvolvimento e dos sacrifícios que continua a consentir, é preciso reconhecer que um grande esforço se está a desenvolver no sentido de se atingirem as metas que nos fixámos.

Assim, os vários sectores da vida económica do país foram alvo de acções programadas visando recursos minerais e as pescas, facto que explica,

aliás, a prioridade conferida a estes sectores no quadro da política de desenvolvimento económico.

No entanto, a existência de factores limitativos tanto humanos e institucionais como materiais e naturais, tem obstruído o desenvolvimento do país.

Com efeito, apesar de constituir o domínio prioritário da nossa economia, que contribui em mais de 50% para a formação do produto bruto e em mais de 50% para as explorações, a agricultura permanece ainda um sector atrasado, caracterizado por:

- um elevado grau de subsistência;
- um elevado grau de dependência das condições naturais de produção;
- um elevado grau de extensificação determinada pelas fracas possibilidades de reconstituição e;
- por uma baixa produtividade do solo, do animal e do trabalho.

A esta situação vêm-se juntar irregularidades climáticas dos últimos anos que muito contribuíram para a degradação da capacidade produtiva e a destruição sistemática da vegetação, fazendo do fenómeno da desertificação, que está a mudar a fisionomia do nosso país, um perigo real.

É esta situação do sector que é preciso transformar para que as metas a alcançar no domínio



à erradicação dos estrangulamentos inerentes a cada um deles.

A mesa redonda, realizada em Maio de 1984, em Lisboa, foi motivada pela necessidade imperiosa de mobilização dos recursos financeiros para a realização dos projectos retidos no quadro do I Plano Quadrienal. A reunião de seguimento tida no mês de Abril passado em Bissau, no objectivo de proceder ao balanço da concretização dos compromissos assumidos em Lisboa pelos nossos parceiros económicos, é mais uma prova da nossa determinação de tudo fazer para que as metas traçadas no plano se tornem uma realidade.

Não podemos ainda afirmar que grandes êxitos foram alcançados neste sentido, mas podemos constatar, com realismo, que conseguimos dar alguns passos dignos de serem aqui registados.

## AGRICULTURA

Apesar dos indicadores económicos que a colocam no grupo dos países menos desenvolvidos, a Guiné-Bissau possui potencialidades reais em o domínio tais como a agricultura, a floresta, os

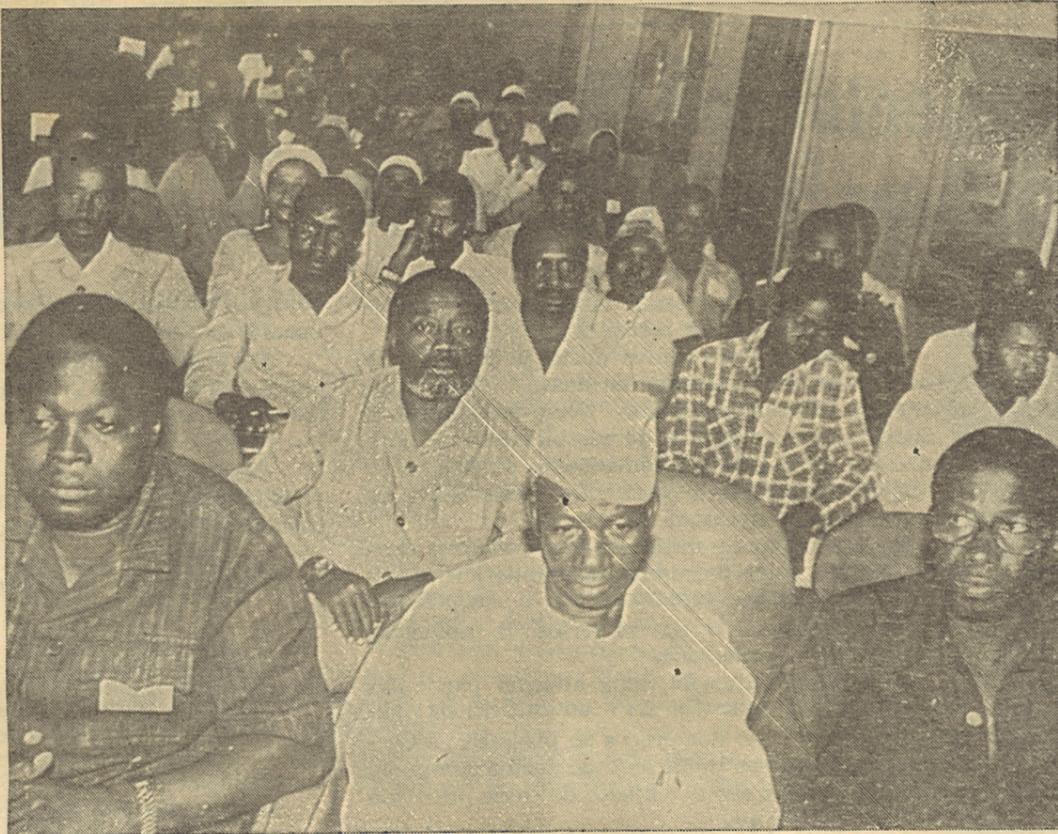
agrícolas possam ser atingidas.

A nossa estratégia, como sabemos, no que respeita à agricultura, visa essencialmente a distribuição de sementes melhoradas adaptadas às condições climáticas e às características do solo; a melhoria das técnicas e métodos culturais tendo em vista o aumento dos rendimentos unitários; a protecção sanitária das plantas e do gado; o abastecimento em água; e o reforço da experimentação e pesquisa a fim de podermos responder melhor aos seus problemas imediatos e a longo prazo.

Entretanto, registou-se, em 1984, ano que beneficiou de chuvas regulares, um aumento de cerca de 25% na produção de cereais; aumento esse que teve uma repercussão positiva no produto interno bruto, compensando de certo modo a diminuição ou estagnação da actividade dos outros sectores.

Este aumento, embora importante, se tomarmos em conta a evolução da produção agrícola desde 1974, não conseguiu cobrir o déficit alimentar do país estimado em cerca de 35 000 toneladas.

(Continua nas centrais)



# O nosso económico

(Continuação da pág. 5)

É de notar, porém, que este défice corresponde sensivelmente às necessidades das populações urbanas do país que atingem aproximadamente 1/4 da população nacional.

O aprovisionamento das cidades aparece assim como um dos problemas mais sérios a que o Governo se vê actualmente confrontado, pois a situação económica financeira do país não permite cobrir esse défice através de importações de produtos alimentares por meio de recursos exclusivamente nacionais.

A tomada de medidas tais como a reestruturação do sector comercial, melhoramento dos sistemas de transporte terrestre e fluvial, a revisão da política de preços e a promoção do crédito agrícola, vem precisamente responder a urgência de reforçarmos a nossa capacidade interna de resposta às nossas necessidades.

Entretanto, a ajuda alimentar continua a desempenhar um papel importante na redução das pressões sobre a balança de pagamentos, no abastecimento regular das populações em produtos de primeira necessidade e no financiamento através do produto da sua venda, dos custos locais de projectos virados para o reforço da segurança alimentar.

Impõe-se, por outro lado, implementar os projectos constantes do plano, em particular os ligados à formação profissional, ao recenseamento agrícola, à construção de pequenos vales, entre outros, que têm um carácter altamente prioritário.

As experiências ligadas ao desenvolvimento rural integrado serão prosseguidas dado o seu impacto real e o aumento da produção e na elevação do nível da vida dos camponeses.

## COMÉRCIO

O comércio tem-se manifestado como um dos sectores nevrálgicos da nossa economia, e este facto explica a grande atenção prestada ao seu desenvolvimento.

A política do Governo neste importante domínio visa optimizar o papel do comércio no quadro da estratégia nacional de desenvolvimento, contemplando em particular, a sua interligação com a agricultura e a indústria de transformação.

A reestruturação em curso deste sector responde a esse imperativo, favorecendo igualmente a afirmação do papel dos diferentes agentes económicos, sejam eles públicos ou privados, no estímulo da produção, da comercialização e da exportação.

Está-se a proceder, assim, à reformulação da vocação das empresas estatais, Armazéns do Povo e Socomin que passam, respectivamente, a importar os produtos de primeira necessidade e a comercializar os géneros provenientes de donativos, resumindo-se a sua actividade comercial ao comércio grossista e a importar os equipamentos julgados de importância vital para a nossa economia.

Esta reforma do sector comercial confere novas prerrogativas aos operadores privados, garantindo-lhes uma participação activa nas actividades de importação, exportação, distribuição de retalho recolha e comercialização de produtos tradicionais e não tradicionais.

O plano de reestruturação do sector prevê igualmente a transferência dos postos de venda das duas empresas para operadores privados, iniciativa que suscita um grande interesse por parte destes últimos.

Foram neste sentido fechados 48 postos de venda, dos quais 29 já foram entregues aos novos proprietários.

A política de preços definida nas resoluções do III Congresso como «factor regulador da economia e factor de justiça social», que deve ser orientado no sentido de satisfazer os interesses das mas-

Página  
Suplementar

(Continuação da página 11)

elementares, que passam pelo respeito aos horários, pelo cumprimento escrupuloso das tarefas e por um comportamento social digno, expulsando das suas fileiras elementos susceptíveis de corrupção, de alcoolismo, os negligentes e os indisciplinados.

Recentemente, o nosso governo criou a Polícia Judiciária, um serviço de prevenção e investigação criminal, auxiliar da administração da Justiça, organizado hierarquicamente na dependência do Ministério da Justiça. Porém, isso pressupõe que o Ministério da Segurança Nacional e Ordem Pública, entidade de natureza idêntica, lhe preste uma sã e sólida cooperação, no exercício das suas actividades.

Deve haver entre estes dois Ministérios uma cooperação estreita para que as suas acções sirvam à restauração imediata da nossa segurança interna.

Gostaríamos ainda de falar dos nossos guarda-fronteiras, para lhes transmitirmos todo o nosso encorajamento no cumprimento da sua missão, apesar dos precários meios postos à sua disposição, para que possam desenvolver sem grandes perturbações as suas actividades. A principal arma do guarda-fronteira tem que continuar a ser a sua consciência o seu militantismo, aliado ao seu amor ao nosso povo e às conquistas revolucionárias que temos alcançados, deve fazer dele a força avançada da frente de defesa da nossa economia.

É ainda em razão da nossa fraqueza económica, a par da nossa opção política que temos vindo a consolidar e desenvolver as nossas milícias populares, concebidas desde os primórdios da nossa Luta de Libertação Nacional como forma de participação das massas no esforço da defesa nacional.

Temos consciência do valor e do trabalho que as milícias populares podem e devem levar a cabo, mas o seu enquadramento e preparação política e combativa deve efectuar-se através de um trabalho sério e metódico, evitando deste modo actuações que têm servido de base para algumas contradições no seio da nossa sociedade.

Não queremos encerrar estas considerações sobre a defesa e segurança sem exprimir a nossa certeza de que, na linha de uma tradição gloriosa, as nossas FARP e os serviços de Segurança e Ordem Pública continuarão a agir no respeito estrito do nosso povo e na fidelidade absoluta ao nosso partido e à luta.

#### POLÍTICA EXTERNA

Ao iniciarmos a exploração sobre a nossa acção neste sector vital, não podemos deixar de saudar alguns acontecimentos que pela sua importância transcendente, muito contribuíram para que a humanidade se libertasse das amarras do colonial-fascismo e procurasse numa base de diálogo a paz e o progresso.

O 40.º aniversário da grande vitória das forças aliadas contra a ocupação e o militarismo-fascista hitleriano durante a 2.ª guerra mundial; o 40.º aniversário da fundação da ONU, forum de análise e consertação cujo papel político nunca é demais salientar; bem como o 30.º aniversário da 1.ª Conferência das Nações Afro-asiáticas realizadas em Bandung, — alguns desses acontecimentos marcantes deste ano.

Simbolizado a unidade dos países asiáticos e africanos, a conferência de Bandung consegue, apesar das profundas diferenças de regimes políticos dos países participantes, estabelecer uma pla-

# Não-Alinhamento um instrumento de equilíbrio mundial

taforma de objectivos e princípios que viriam a marcar, até aos nossos dias, todas as iniciativas visando a coordenação da acção e a unidade dos povos e países de África, Ásia e América Latina.

A condenação do colonialismo e do racismo e o apoio à causa da liberdade e da independência dos povos dominados, de acordo com os princípios e resoluções da ONU e com a declaração universal dos direitos do homem, dominaram esta conferência histórica, cuja continuidade em outros forums deu uma contribuição importante na elaboração da política de não-alinhamento activo da definição anti-imperialista do movimento dos não-alinhados e da organização da unidade africana.

É neste contexto histórico que nasce o nosso glorioso Partido, o PAIGC, força dirigente da nossa sociedade, cuja acção no plano internacional assente na nossa firme adesão à política de não-alinhamento, instrumento fundamental de equilíbrio mundial.

Ao recordarmos estas datas históricas, gostaríamos de lançar, a partir desta tribuna, uma vibrante mensagem de solidariedade combativa a todos os povos que pugnam pelos seus direitos legítimos e para reafirmarmos o nosso indefectível apego aos princípios e normas que regem as relações entre estados e cuja observância constitui, hoje, um imprescindível factor de paz e de estabilidade.



Manifestamos o nosso total apoio aos povos do continente africano e do mundo, decididos a conquistarem a sua personalidade histórica e a sua independência sob a direcção das suas legítimas vanguardas revolucionárias.

Condenamos o governo racista Sul-Africano pela recrudescência da sua sanha assassina contra os cidadãos Sul-Africanos de raça negra, cujo sentimento de revolta cresce dia-a-dia, assim como condenamos as últimas manobras das autoridades do apartheid no que se refere ao futuro da Namíbia, tentando afastar numa jogada política insidiosa, o verdadeiro e legítimo representante do povo namibiano, a SWAPO.

A aplicação incondicional da resolução 435 do conselho da segurança da ONU sobre a Namíbia, constitui, quanto a nós, a única via capaz de conduzir à solução justa e definitiva da questão namibiana.

Se na África Austral apoiamos incondicionalmente o ANC e a SWAPO, para os países da linha da frente, em particular a Angola e Moçambique, vítimas da política agressiva e desestabilizadora do regime do apartheid, vai o calor militante da nossa solidariedade.

Reiteramos ainda a nossa solidariedade militante e fraternal para com a RASD e a sua vanguarda revolucionária, a Frente Polisário, na justa luta pelo restabelecimento dos direitos legítimos do povo Sharaoui e apelamos à estrita aplicação

da resolução da 19.ª Cimeira da OUA referente a este território Africano.

Reafirmamos o nosso fraterno apoio à luta do povo irmão de Timor Leste, vítima de agrão, do genocídio e do total desrespeito dos seus direitos mais elementares e que luta heroicamente sob a direcção da sua legítima vanguarda revolucionária, a Fretilin, contra o regime anexionista da Indonésia.

Ao heróico e mártir povo da Palestina, bem como à sua Vanguarda Revolucionária, a OLP, renovamos o nosso apoio indefectível na luta que levam a cabo pela afirmação dos seus direitos inalienáveis à independência e à criação de um Estado próprio e independente e condenamos do mesmo modo a política sionista e anexionista de Israel e os constantes atentados à soberania e à integridade territorial aos Estados Árabes.

Manifestamos de igual modo a nossa profunda preocupação com os problemas que se têm vindo a registar na América Central e nas Caraíbas onde há povos que lutam pela construção de sociedades democráticas justas, merecendo com isso a nossa total solidariedade. Condenamos as ingerências e intervenções estrangeiras, assim como as manobras desestabilizadoras dirigidas contra os Estados independentes e progressistas desta região.

O sudeste e sudoeste asiático continuam igualmente no centro das nossas preocupações, pela

gravidade das tensões que continuam a subsistir nessa parte importante e nevrálgica do mundo.

No que concerne à península coreana, reafirmamos o nosso apoio sem reservas à reunificação pacífica da Pátria coreana, numa base negociada, tal como temos vindo a defender em todos os forums internacionais.

Ao abordar a problemática internacional não podemos deixar de nos referir à crise sem precedentes que atinge todos os países do mundo e cujas consequências são mais gravosas para o chamado Terceiro Mundo.

Aguardamos com esperança e optimismo a próxima Cimeira da OUA, prevista para o mês de Julho, a qual será exclusivamente dedicada à análise da actual situação de crise económica que atinge de forma directa o continente africano. Esperamos que desta vez possamos em conjunto traçar as vias que nos permitam renegociar as nossas dívidas e criar novas modalidades de ajuda que permitam a África beneficiar um pouco mais das suas próprias riquezas.

É na procura destes meios e das vias mais favoráveis ao nosso desenvolvimento, que o nosso Governo se tem empenhado em dar a sua contribuição plena nos organismos de que somos membros, a nível internacional, continental, regional e sub-regional.

(Continua no verso)

# Hoje sentimos algumas melhorias da situação económica em termos estruturais

No que respeita ao Comité Inter-Estados para a luta contra a seca no Sahel esperamos que a nossa adesão se formalise na próxima Cimeira desta organização.

Os efeitos crescentes da seca e da desertificação estão bem patentes e os seus reflexos contrariam os nossos objectivos na concretização das metas que nos propomos a atingir.

Gostaríamos, igualmente, de referir a questão das nossas fronteiras marítimas que como sabem constituíam um ponto de discordância com os nossos vizinhos do Sul e Norte.

Ao sul, o problema está definitivamente resolvido, pois o Tribunal Arbitral de Haia, instância a que a República da Guiné-Bissau e República da Guiné recorreram para resolver a bem o diferendo que os opunha, pronunciou a 14 de Fevereiro último uma sentença onde não há vencedores nem vencidos, numa decisão acatada pelos dois países irmãos, sem problemas.

Ao norte, e após alguns anos de incessantes negociações, chegámos a um acordo com o Senegal, no sentido de envjarmos a questão da delimitação das nossas fronteiras marítimas para um tribunal arbitral, cuja decisão final nos comprometemos a aceitar.

Estamos convencidos de que esta é a melhor solução e a melhor via para se resolverem tais questões, constituindo esta iniciativa um precedente positivo para conflitos idênticos existentes ao nível do nosso continente.

Camaradas e amigos:

Procurámos através deste documento apresentar-vos um balanço global da acção governativa nas suas linhas principais.

Pelo seu conteúdo podemos verificar, para além das realizações concretas, um enorme esforço para organizar, planificar e avaliar o trabalho que vamos fazendo. A condução dos destinos de um país não se improvisa, no dia a dia. Ela resulta de objectivos traçados à partida e da perspectiva dos caminhos a seguir para os atingir. Ela implica corrigir o percurso sempre que necessário e mesmo, às vezes, dar passos atrás, para reiniciar o andamento no bom caminho.

O Governo tem adoptado, nos últimos tempos, algumas medidas enquadradas no Programa de Estabilização Económica que exigem um sacrifício grande da parte da nossa população e em particular da dos centros urbanos. Mas isso era inevitável se quiséssemos pôr cobro à degradação acelerada da nossa situação económica, de modo a criarmos condições de base para o seu relançamento.

Tendo impacto negativo sobre a população dos centros urbanos as medidas têm, por outro lado, reflexos positivos para a população do meio rural. Sendo a maior parte da nossa produção realizada no mundo rural não é justo que ela venha única e exclusivamente beneficiar os centros urbanos, continuando os nossos camponeses, após todo o sacrifício que fizeram para a libertação do país, a viver em condições cada vez mais precárias. Era urgente inverter essa tendência do nosso processo de desen-

tada. Só essa certeza é que nos pode levar a pedir ao nosso povo os sacrifícios que hoje lhe exigimos.

Queremos ainda fazer uma referência à importância que atribuímos, na estrutura do exercício do poder, à Assembleia Nacional Popular. A democracia só é possível quando tivermos implantadas solidamente as nossas instituições. É importante que nós todos, deputados, tenhamos consciência clara da importância, não só da instituição de que fazemos parte; mas também da enorme responsabilidade que pesa sobre os nossos ombros. Esta instituição pela qual estamos todos reunidos hoje, é o órgão máximo da soberania do nosso povo e a expressão da sua vontade livremente expressa. Ela deve assumir e impôr o seu papel e todos os outros órgãos de poder devem agir de acordo com o que está expresso na constituição da República. Para isso é necessário que a Assembleia Nacional Popular funcione de forma dinâmica, no quadro do seu regimento, que os deputados exerçam o seu papel no dia a dia, reforçando a confiança que os eleitores depositaram neles e o respeito por parte das outras instituições estatais.

Hoje, apresentámos um relatório global da acção governativa, o qual vai ser debatido. Mas o regimento que regula os trabalhos da Assembleia permite que nas suas sessões os diversos sectores do Governo possam ser interpelados para explicarem a política do sector, ouvindo também os anseios da população através dos deputados, seus porta-vozes. As comissões permanentes que irão ser eleitas serão um local ideal para esse tipo de debate e é fundamental que elas funcionem e que prestem contas à Assembleia nas sessões plenárias.

Há toda uma gama de actividades a desenvolver, de importância fundamental para o bom funcionamento das nossas estruturas de poder e para a solidez das nossas instituições. Só cumprindo integralmente o seu papel é que elas se poderão impôr.

Por fim, não podíamos deixar de fazer uma referência ao Ano Internacional da Juventude em curso, conforme decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A nossa juventude merece da parte do nosso Partido e Governo uma atenção especial. Sendo nós um país de população maioritariamente jovem, a juventude é a mola que impulsiona o nosso desenvolvimento. Na produção, desde a base até aos quadros, na administração pública, nas estruturas político-partidárias e nas instituições de poder estatal encontramos jovens a todos os níveis. Foi uma tradição que trouxemos da Luta de Libertação Nacional. O PAIGC sempre apostou e continua a apostar na juventude.

Estê ano, no quadro das realizações programadas para o Ano Internacional da Juventude, o nosso Governo está a dar todo o apoio às iniciativas que a comissão nacional criada para o efeito está a levar a cabo.

O Governo participará activamente na discussão e procura de soluções para os problemas que afectam o sector e pensamos que a Assembleia Nacional Popular irá certamente contribuir de modo importante em todo este processo.

Assinalamos ainda este ano, o fim do decénio das Mulheres também proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas. No nosso país estes dez anos foram marcados por uma série de realizações a nível interno e a participação das nossas mulheres em várias actividades internacionais.

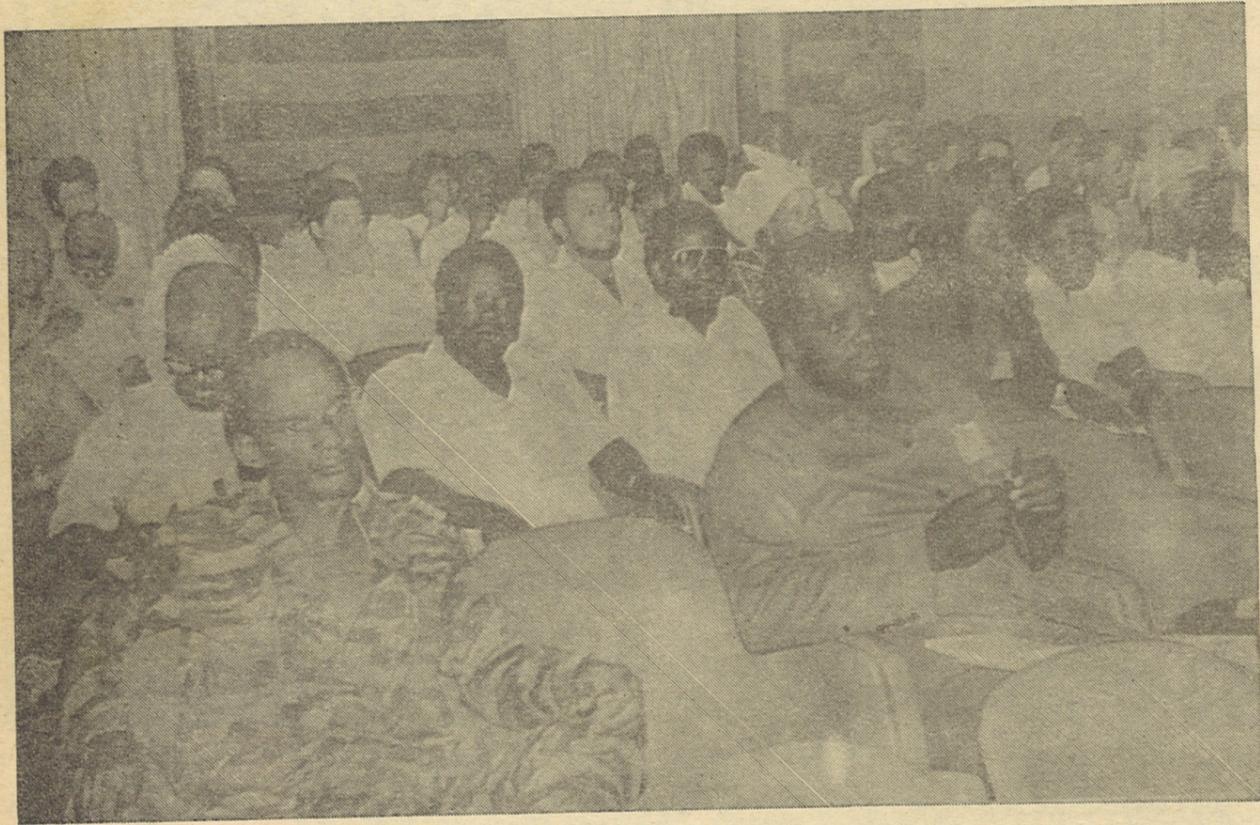
Destacamos todo o esforço e os avanços da mulher guineense e da sua organização, a UDEMU, ao longo destes dez anos, pois solidificaram as bases da continuidade da sua luta emancipadora que a Luta Armada lançou.

O balanço destes dez anos é altamente positivo para as nossas mulheres.

Lançamos assim uma base de discussão sobre a acção do nosso Governo. A imensidade das suas tarefas não permite esgotar os temas num breve relatório como este, mas esperamos ter dado uma panorâmica geral da situação e das questões que julgamos mais importantes.

Agradecemos a vossa atenção e aguardamos as preciosas contribuições que certamente irão sair dos debates.

Muito obrigado



Por outro lado, a Guiné-Bissau não pode deixar de recordar a valiosa contribuição prestada à nossa Luta Armada de Libertação Nacional pelos nossos vizinhos, as Repúblicas da Guiné, do Senegal e da Gâmbia que implicou sacrifícios para os seus respectivos povos. Este facto jamais se apagará da memória do nosso povo e fecundará eternamente relações de fraternidades entre os nossos países. Daí, a nossa vontade de reforçar cada vez mais os laços de amizade e cooperação que nos unem uns aos outros.

É com satisfação que verificamos através do balanço feito na Cimeira de S. Tomé que as relações entre os cinco países, emergentes da luta comum contra o colonialismo português, têm vindo a reforçar-se de ano para ano.

Durante o período de um ano em que o nosso País teve a honra de coordenar a acção do grupo, conseguiram-se resultados assinaláveis, nomeadamente a assinatura de vários Acordos de Cooperação multilaterais e bilaterais.

Estamos convencidos que o caminho já percorrido constitui um firme alicerce para continuarmos a andar juntos rumo ao progresso social.

volvimento anterior. A criação de melhores condições de vida no campo será também um factor importante para a fixação da população rural e assim poderemos combater de forma objectiva o êxodo rural e talvez promover o retorno ao campo daqueles que se deslocaram para as cidades na ilusão de melhorar a vida.

Queremos também alertar os nossos deputados sobre a necessidade de apoiarem o Governo na aplicação rigorosa do conjunto de medidas adoptadas, pois só assim elas serão eficazes e irão conduzir-nos a uma melhoria da situação a médio prazo. A não aplicação ou não cumprimento das metas fixadas num ou noutro sector, poderão pôr em causa todo o conjunto e assim, em vez de melhorarmos estaremos a estragar ainda mais o que temos. É nos necessária a coragem e confiança do nosso povo para conduzirmos o barco a bom porto.

Hoje já sentimos algumas melhorias da situação económica em termos estruturais. Renasce a confiança depositada em nós pelos nossos parceiros económicos e em particular pelas instituições financeiras internacionais. Temos assim razões objectivas para acreditarmos no sucesso da via adop-

# desenvolvimento co passa pela agricultura

sas trabalhadoras, mereceu igualmente uma atenção especial, traduzindo-se na correcção dos preços ao produtor para certos produtos.

Os ajustamentos efectuados no início de 1984, nomeadamente, e que atingiram produtos tais como o arroz (76%), a mancarra (90%), o coconote (114%) e castanha de cajú (76%), visavam fundamentalmente assegurar uma remuneração mais justa da força de trabalho dos nossos camponeses, uma distribuição mais equitativa dos rendimentos nacionais e a criação de incentivos à produção.

Por outro lado, e como incentivo à comercialização interna dos produtos, foram aumentadas as margens comerciais para o arroz (7,5 PG/KG), a mancarra (3 PG/KG), o coconote (2 PG/KG) e a castanha de cajú (1,5 PG/KG).

Os preços ao consumidor aumentaram igualmente; é o caso do arroz, por exemplo, que aumentou de 67%, e cujo preço se situa agora em cerca de 50 PG/KG.

No entanto, as condições específicas do nosso país demonstram que o aumento dos preços não acompanhado do melhoramento do abastecimento das zonas rurais não produz os efeitos esperados.

O funcionamento do comércio e a sua actualização como um dos principais sectores de apoio à agricultura estão a ser reforçados, graças à criação da chamada unidade de gestão da ajuda à balança de pagamentos (UGAB), cujo objectivo é o de controlar as importações de forma a levar ao equilíbrio da balança de pagamentos.

Estamos certos de que estas medidas terão um impacto positivo no sistema produtivo nacional, contribuindo progressivamente para a autosuficiência alimentar e para o equilíbrio da nossa balança comercial, altamente deficitária.

A nossa balança comercial tem-se caracterizado por um défice crónico desde a independência. A precariedade da produção nacional não permitiu satisfazer as necessidades em importação de bens de consumo, combustíveis e bens de equipamento.

Esta situação, aliada às flutuações das condições no mercado internacional dos nossos produtos de exportação, explica os défices verificados na nossa balança comercial.

Apenas uma acção concertada e eficaz da comunidade internacional aliada à nossa, permitirá a eliminação progressiva das distorções estruturais que caracterizam a nossa economia, criando as bases para uma melhoria gradual das nossas contas externas.

Convém frisar que as medidas de austeridade económica e financeira adoptadas pelo Governo, nomeadamente no quadro da política comercial, cambial e de preços, permitiram que o nível das nossas importações não sofresse um aumento brusco e que as nossas exportações, no ano passado, atingissem o seu nível mais elevado desde a independência.

As nossas exportações foram baixando progressivamente, de 13,9 milhões de dólares em 1981 para 11,8 milhões de dólares em 1982 e 8,6 milhões de dólares em 1983.

Em 1984, atingem a cifra de 17,4 milhões de dólares, aumento esse conseguido graças a stocks de anos anteriores, a chuvas regulares e a uma conjuntura internacional favorável.

As importações situaram-se à volta dos 60 milhões de dólares, sendo a factura dos combustíveis e dos produtos alimentares básicos a parte mais importante.

É de realçar que, não obstante a ajuda internacional, continuamos a ser obrigados a importar arroz para satisfazer as necessidades internas.

Este ano tivemos que comprar 10 000 toneladas de arroz, no valor de cerca de 2,5 milhões de dólares, o constitui um peso enorme na nossa balança comercial e de pagamentos.

Traçamos como meta para este ano atingir e ultrapassar o nível das exportações do ano passado. No entanto, algumas circunstâncias, como a queda do preço dos nossos produtos no mercado

internacional e a campanha de comercialização da mancarra, que não foi até agora prometedora, mostram a necessidade de se desenvolver um grande esforço para que se possa atingir este objectivo.

Teremos, portanto, de pensar a queda verificada na comercialização da mancarra com um aumento da comercialização e exportação do coconote e da castanha de cajú.

O aumento das exportações de madeira, produtos do mar e algodão também poderá ter uma repercussão positiva nas nossas receitas de exportação para este ano, e isto explica a grande atenção que o Governo presta a tais produções.

Apesar de algumas melhorias no abastecimento das zonas rurais, em produtos essenciais às populações, não conseguimos ainda atingir os níveis necessários à satisfação das nossas necessidades e ao incremento da produção.

Se, por um lado, isto acontece pelo facto de não termos recebido ainda algumas das ajudas prometidas, por outro lado, deve-se a deficiências dos circuitos de distribuição que continuam a constituir um estrangulamento em todo esse processo.

## RECURSOS NATURAIS E INDÚSTRIA RECURSOS MINERAIS

O aproveitamento dos recursos minerais esteve sempre no centro das preocupações do Governo, facto esse confirmado pela inserção do sector das minas no bloco prioritário do I Plano Quadrienal de Desenvolvimento.

Após a conquista da nossa independência, procurámos, com concurso de países amigos, promover actividades de pesquisa neste domínio, no intuito de inventariar as nossas potencialidades.

Os estudos relativos a essas pesquisas estão ainda em curso e os seus resultados irão determinar a política a adoptar no que a nossa estratégia de desenvolvimento económico passa pela agricultura e é a ela que devemos dedicar toda a nossa atenção.

O desenvolvimento de outras potencialidades, nomeadamente as do campo petrolífero, terá de situar-se no quadro desta estratégia.

## Recursos Hídricos

As acções neste sector têm vindo a desenvolver-se nas zonas I, II, III e IV, que integram as diferentes regiões do país com excepção da de Biombo e do Sector Autónomo de Bissau.

Caracterizam-se por importantes projectos cuja implementação deveria permitir a utilização racional dos recursos hídricos de que o nosso país dispõe.

Fenómenos tais como o avanço do deserto e a seca conferem uma importância vital a este sector cujos objectivos principais consistem:

— No abastecimento em água às populações rurais, através da abertura de poços e realizações de furos equipados com bombas manuais;

— Promover programas de animação rural com a finalidade de instruir as populações sobre a manutenção e higiene dos furos;

— Na incitação ao desenvolvimento da horticultura;

— Na formação de mão-de-obra qualificada, entre outros.

Com a sua adesão à organização para o aproveitamento do Rio Gâmbia (OMVG), o nosso país pretende participar activamente nas acções desenvolvidas a nível da nossa sub-região, tendentes a valorizar e a utilizar, em prol do desenvolvimento, os recursos da zona geográfica a que pertencemos.

## FLORESTAS

As florestas revestem-se de um papel fundamental, tanto na economia do país como na salvaguarda do equilíbrio ecológico. Participam na satisfação de várias necessidades da população ligadas à alimentação, à energia, à medicina, às cons-

truções e ao artesanato. Por outro lado, a madeira constitui uma importante fonte de divisas para o país.

Os produtos florestais participam igualmente de maneira determinante nos rendimentos das populações rurais, seja sob a forma de produtos de consumo ou de comercialização.

Este sector debate-se ainda com dificuldades, designadamente ligadas à organização deficiente da exploração, à transformação e comercialização dos produtos florestais e à ausência de dados que permitam definir o seu lugar na economia nacional.

Todavia uma atenção particular está a ser prestada a este sector, no quadro do Plano Quadrienal, pelo que lhe foram fixados os seguintes objectivos:

- A avaliação do potencial florestal;
- A elaboração da lei florestal;
- A racionalização da exploração florestal;
- O aumento de exploração de produtos florestais com vista à melhoria da balança de pagamentos;
- O melhoramento dos diferentes sectores de transformação da madeira e o reforço dos serviços florestais;
- E a satisfação do mercado interno em produtos madeireiros.

É com preocupação que constatamos a perda da cobertura vegetal em determinadas zonas do nosso país, nomeadamente à volta dos centros de forte concentração humana tais como Bissau, Biombo, Canchungo, Mansoa, Nhacra, Bafatá, Gabú, Cossé, Pitche, Pirada, Bolama e algumas ilhas do arquipélago dos Bijagós.

As consequências de um tal fenómeno são de grande gravidade para a nossa economia e para a vida das nossas populações em geral.

As suas principais causas são a prática da cultura itinerante e das queimadas, e a exploração florestal para fins comerciais.

A questão das queimadas merece uma atenção especial pela proporção que atingem e pelos efeitos destruidores que acarretam. A sua eliminação não pode resultar de medidas administrativas mas sim da acção decidida de cada um de nós, de cada cidadão consciente. O papel dos Camaradas Deputados e Conselheiros Regionais neste sentido reveste-se de fundamental importância pela acção que podem desenvolver junto das nossas populações.

A comemoração de mês da Árvore deve ser mais uma oportunidade para reforçarmos, em cada região, em cada sector, em cada tabanca, a nossa acção conjunta no sentido de pôr cobro a este mal que acelera o processo de desertificação, quebra o equilíbrio ecológico e põe em perigo todo o futuro do nosso país; e os esforços que o nosso povo está a consentir para sair do subdesenvolvimento.

## INDÚSTRIA

A situação das unidades industriais continua fortemente negativa no plano da produção.

Um grande número dessas unidades encontra-se paralizado. É o caso do Complexo Agro-Industrial de Cumeré e a Fábrica de Plásticos, entre outros.

O futuro do Complexo de Cumeré continua a preocupar o Governo.

Que fazer deste gigante improdutivo?

Vendê-lo como sucata?

Deixá-lo deteriorar-se?

Alugá-lo?

Ou optar pelo seu relançamento?

Uma comissão interministerial está actualmente a reflectir sobre o futuro desta empresa, que irá, dentro em breve, ser objecto de uma Mesa Redonda a realizar-se em Viena, capital da Áustria, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).

(Continua na página 8)

# Investimentos não correspondem a estratégia de desenvolvimento

(Continuação das Centrais)

Pensamos que com determinadas modificações tecnológicas será possível rentabilizar o Complexo, levando-o a produzir óleo e sabão, entre outros produtos necessários no plano interno e susceptíveis de interessar a exploração.

A unidade de Plástico é, quanto a ela, sobre-dimensionada, colocando-se a seu respeito dois problemas fundamentais: a aquisição de matéria prima, por um lado, e por outro, a absorção do produto acabado pelo mercado interno.

Encara-se actualmente a possibilidade da empresa vir a ser alugada a empreiteiros estrangeiros.

A Empresa Guineense de Automóveis (E G A) encontra-se há mais de 8 meses paralizada, sendo nulas as hipóteses de montagem da viatura «NHAYE».

As eventualidades actualmente encaradas para a sua recuperação, quer seja a da substituição do «NHAYE» pelo «VISA», quer seja a reconversão das linhas de montagem, passando a Empresa a produzir bicicletas e motorizadas, parecem pouco viáveis, visto a forte dependência do exterior que a sua manutenção implicaria.

As outras empresas industriais continuam a funcionar muito abaixo das suas capacidades.

A situação do sector industrial é devida ao facto de que a maior parte dos projectos, até 1980, foram instalados sem os necessários estudos técnico-económicos.

A política do governo neste sector contempla o reforço de algumas unidades existentes de modo a garantir um funcionamento adequado à capacidade instalada e a elaboração de um programa de produção e aprovisionamento em matérias primas e peças sobressalentes para o período do I Plano Quadrienal, incluindo também acções de formação profissional e melhoramento dos meios de gestão e manutenção.

## TRANSPORTES

Juntamente com o comércio, os transportes, em particular, representam um importante sector de apoio ao desenvolvimento agrícola. Este facto explica a sua importância no quadro do I Plano Quadrienal.

O sistema de transportes no nosso país beneficia de condições naturais favoráveis, tais como portos abrigados, navegação marítima fácil, numerosos cursos de água navegáveis e solo geralmente plano.

Apesar de possuir um parque de veículos e uma frota de navegação aceitáveis, os meios de transporte que se oferecem e o nível do serviço prestado continuam bastante fracos.

Os esforços visando o saneamento das empresas não produziram ainda os efeitos desejados, devido, em parte, ao mau estado das infraestruturas rodoviárias e portuárias, à inadequada manutenção do parque existente, à falta de peças sobressalentes, ao fraco nível técnico do pessoal e a uma inadequada gestão das empresas do sector.

Constata-se igualmente que a actividade do sector continua bastante concentrada na capital e à sua volta, sendo a sua ligação com Bafatá o principal eixo de circulação do país, em detrimento das zonas do sul.

É neste quadro que se situam as recentes medidas tomadas no domínio dos transportes, entre as quais figuram o projecto do porto de Bissau e suas componentes no interior, a criação da empresa rodoflúvia e da associação dos trabalhadores e a reestruturação da Junta Autónoma dos Portos da Guiné (J.A.P.G.), da Siló Diata, da Guinémar e da Lia.

Para além do novo cais, o projecto do porto de Bissau contempla o melhoramento de quatro pequenos portos do interior, rampas de acostagem para as jangadas, a instalação e a manutenção de toda a rede de farolagem e balizagem nas nossas águas interiores.

Para ilustrar a importância deste projecto, para cada dia de estadia de um barco estrangeiro no porto de Bissau, para além do prazo inicialmente previsto — chamado sobre-estadia — somos obriga-

dos a pagar cerca de seis mil dólares. Este facto demonstra a urgência do aumento da nossa capacidade portuária.

Por outro lado, a precária situação das infraestruturas portuárias do interior inviabiliza totalmente o processo de escoamento dos nossos produtos bem como o de abastecimento das nossas populações em géneros de primeira necessidade, com as graves consequências que daí advêm.

A criação da empresa rodoflúvia resultou da necessidade de promover a utilização racional dos meios de transporte existentes nas várias empresas, sobretudo comerciais, pondo cobro à dispersão e à subutilização dos recursos disponíveis que caracterizavam a prática anterior.

A principal preocupação do governo no que respeita ao sector dos transportes é a viabilização das nossas empresas e a adequada utilização e rentabilização das infraestruturas e equipamentos existentes para que sejamos capazes, com o pouco de que dispomos, satisfazer as nossas necessidades.

## FINANÇAS E BANCA

No domínio das finanças públicas, nota-se em 1984 uma certa melhoria, traduzida na cobertura das despesas de salários pelas receitas orçamentais, facto que acontece pela primeira vez.

As receitas acusaram um aumento da ordem de 106% enquanto que as despesas de funcionamento só aumentaram de cerca de 60%, o que permitiu limitar sensivelmente o crescimento do déficite de funcionamento. O aumento das receitas é devido em parte à reforma fiscal realizada no domínio dos impostos sobre o rendimento, a qual visou igualmente uma maior racionalidade e eficácia do sistema e da administração fiscal, bem como uma maior equidade no plano tributário.

No entanto, com o crescimento da actividade económica e, por conseguinte, dos rendimentos gerados, os efeitos desta reforma serão ainda mais sensíveis.

Iniciou-se, portanto, um período de contenção das despesas públicas, apesar das enormes pressões decorrentes do serviço da dívida externa, procurando-se travar a tendência de aumento do déficite orçamental.

No domínio da política cambial, monetária e de crédito, registaram-se igualmente profundas alterações.

Com o início da aplicação das medidas contidas no programa de estabilização, procedeu-se à desvalorização da nossa moeda, passando a relação cambial do peso e do dólar, que era até 23 de Dezembro de 1983 de 1 dólar por 44 PG, para 1 dólar por 88 PG.

Em 1984, adoptou-se o sistema de desvalorização deslizante, atingindo-se em 31 de Dezembro a relação 1 dólar por 127,33 PG.

Procedeu-se, por outro lado, ao controle da expansão da massa monetária, que registou em 1984, um aumento de apenas cerca de 33%, resultante de uma atribuição de créditos às empresas. A melhoria registada no sector das finanças públicas contribuiu igualmente para que se atingisse este resultado, limitando as necessidades de financiamento do Banco Nacional ao Tesouro.

Foram ainda, no domínio da política de crédito, estabelecidas taxas de juro, em função das prioridades sectoriais, variando actualmente as mesmas de 5 a 25%.

Institucionalizou-se também o crédito agrícola e entrou em vigor a remuneração dos depósitos a prazo.

Quanto aos sectores de rendimentos e preços, registaram igualmente uma mudança profunda em 1984.

Os salários da função pública foram aumentados em cerca de 40%. Ao nível das empresas públicas, tendo em conta o facto de que os salários nelas praticados eram muitas vezes bastante mais elevados que os daquela, a política salarial tem procurado proporcionar uma redução dos desníveis existentes.

A taxa de inflação, da ordem de 75%, no decurso do ano de 1984, provocou uma importante redução do poder de compra da população situada na zona monetária da nossa economia. Apesar disto, os rendimentos dos camponeses beneficiaram



de aumentos reais, de acordo com as metas fixadas no quadro da política de estabilização.

No domínio dos investimentos, lamentamos os atrasos verificados no arranque de importantes projectos de infraestruturas, facto que, esperamos, será compensado em 1985.

A distribuição sectorial dos investimentos vem confirmar na prática a prioridade dada à agricultura, pois o sector agrícola absorve cerca 1/4 dos financiamentos que atingem o montante aproximativo de 44 milhões de dólares.

A política de investimentos não corresponde ainda ao papel que lhe é atribuída na estratégia global de desenvolvimento. Isto explica a acção de reprogramação das despesas de desenvolvimento, empreendida pelo governo, cujos elementos se encontram consubstanciados no programa de investimento para 1985 e sê-lo-ão no programa de 1986.

É de sublinhar a recente adopção do novo código de investimento estrangeiro cuja aplicação deverá permitir um melhor aproveitamento das potencialidades nacionais e a consequente melhoria das condições de vida das nossas populações, desempenhando um papel importante no equilíbrio da nossa economia.

## TELECOMUNICAÇÕES

Um importante papel é atribuído às Telecomunicações no quadro do I Plano Quadrienal de Desenvolvimento, o que explica a inclusão deste sector no bloco de apoio principal.

Os principais desafios que se colocavam a este sector eram, entre outros, o desenvolvimento da telefonia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, o alargamento da penetração do telefone no meio rural, melhorando as condições de vida e a segurança das localidades mais isoladas, o desenvolvimento da automatização local e a sua extensão aos serviços inter-urbanos e internacional, e a formação de pessoal qualificado.

A falta de pessoal qualificado continua em grande medida a dificultar a execução destas tarefas.

Quebrar o isolamento das populações mais afastadas dos centros urbanos e mais atingidas pela fragueza da rede de transportes constitui um dos objectivos principais da política do sector.

No domínio das Telecomunicações Internacionais, o nosso país continua dependente de Portugal e do Senegal, situação que não deixa de limitar a dinâmica do nosso desenvolvimento.

A implementação dos projectos retidos no plano irá decerto impulsionar as actividades do sector, permitir uma maior projecção do nosso país no mundo e contribuir para a integração cada vez maior da vida nacional no desenvolvimento económico-social.

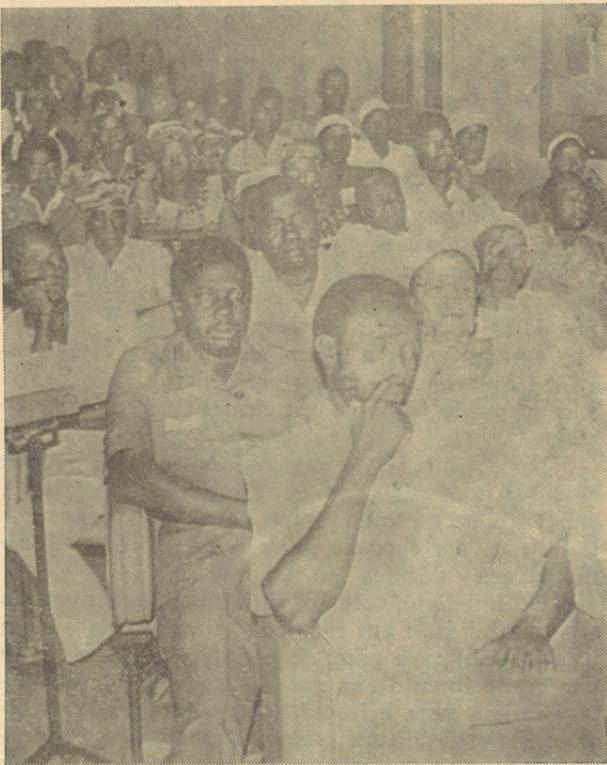
## PESCAS

A inserção do sector das pescas no bloco prioritário do Plano Quadrienal demonstra a sua importância na economia do nosso país.

A importância deste sector explica-se pelo seu profundo impacto na vida do nosso povo e no desen-

(Continua na página 9)

# Uma política educacional errada poderá inviabilizar qualquer política



(Continuação da página 8)

volvimento sócio-económico, pois permite a satisfação das necessidades alimentares da população, cria postos de trabalho e tem uma incidência positiva nas nossas exportações.

É decerto, uma das fontes mais seguras de divisas para o nosso país.

Com efeito, o valor das exportações atinge anualmente cerca de 5,6 milhões de dólares, contribuindo positivamente para a redução do défice da balança comercial.

Todavia, o sector continua a confrontar-se com uma situação que tende a limitar o seu desenvolvimento, impedindo-lhe desempenhar o papel que lhe cabe no contexto da economia nacional.

Acontece, nomeadamente, e este facto não deixa de constituir um sério motivo de preocupação, que as capturas efectuadas pelas frota estrangeiras na nossa zona económica exclusiva são de longe superiores às que conseguimos, com os nossos meios, realizar efectivamente. Representando as capturas realizadas pela frota industrial nacional apenas cerca de 10% das capturas da frota estrangeira.

Apesar de compreensível, esta situação não é aceitável, e a nossa acção deve tender cada vez mais a assegurar uma participação mais activa e substancial do nosso país, através dos seus agentes ligados ao sector, neste importante domínio da nossa economia.

É certo que a existência de alguns factores nos impede actualmente de alcançar resultados maiores neste campo.

A dificuldade de abastecimento regular em combustível, o seu preço elevado, a falta de material de pesca e de peças sobressalentes, a inexistência de uma infraestrutura portuária adaptada e a falta de mão-de-obra qualificada constituem, ainda, com efeito, os principais pontos de estrangulamento.

Mas, para além desses obstáculos, deparamos igualmente com a falta de meios adequados de fiscalização das nossas águas e com a falta de informações de parte das frota estrangeiras sobre as capturas efectuadas, o que, por um lado, permite uma maior actividade de pirataria em violação flagrante da nossa zona económica exclusiva, e, por outro lado, não nos permite controlar a exploração dos nossos recursos haliéuticos nem tomar medidas adequadas para a sua protecção.

Trata-se, na verdade, de um fenómeno generalizado nos países em vias de desenvolvimento, em que se manifestam, neste sector, particularmente, o peso do subdesenvolvimento e a falta de meios permitindo a esses países defender conscientemente os seus interesses face ao poder tecnológico dos seus parceiros desenvolvidos.

No entanto, a racionalização da exploração dos nossos recursos haliéuticos e a valorização das actividades pesqueira em prol do nosso desenvolvimento devem ser os nossos principais objectivos neste importante sector.

A cooperação com o exterior tem um papel fundamental neste sentido. Nunca duvidámos deste facto. Mas o esforço intenso e a mobilização dos meios locais e de energia da nossa população devem constituir o principal factor de desenvolvimento da pesca no nosso

país, uma pesca virada essencialmente para a satisfação das necessidades do nosso povo.

Neste sentido, afigura-se urgente incrementar a pesca artesanal, encontrar meio de suscitar o interesse dos pescadores tradicionais em aumentarem a sua produção, pois a prática demonstrou que as sociedades mistas existentes, embora de uma inegável utilidade no campo da pesca industrial, não podem, a curto prazo, resolver o problema do abastecimento do Mercado Interno em pescado.

Caros camaradas e amigos:

Acabamos de passar em revista alguns aspectos fundamentais da nossa situação económica e financeira. Vamos agora debruçar-nos sobre aqueles aspectos que se prendem mais com a problemática social, sector este que merece toda a nossa atenção.

## COMBATENTES DA LIBERDADE DA PÁTRIA

A política do nosso Partido e Governo neste sector tem sido no sentido de garantir, na medida das possibilidades, uma existência tranquila aos nossos veteranos de guerra, sobretudo aos diminuídos físicos e órfãos de guerra.

Esta política tem-se traduzido em acções bastante concretas, embora limitadas, cujos resultados já se fazem sentir a nível das cooperativas às quais algumas centenas de combatentes, muito modestamente, dão o seu contributo, nesta segunda fase da nossa luta pela independência total.

Os estudos em curso, visando uma melhor forma de engajamento dos nossos veteranos na dura tarefa da Reconstrução Nacional, têm evidenciado a existência de enormes obstáculos à sua reabilitação social e enquadramento, originados não só pelo baixo nível de escolaridade dos nossos mutilados de guerra, como também dos Combatentes da Liberdade da Pátria como, e sobretudo, pela natureza e grau da sua diminuição física. Isto faz com que, nalguns casos, o enquadramento se situe aquém das possibilidades reais do diminuído físico, produzindo nele uma certa sensação de sub-aproveitamento e, na maioria dos casos, certa frustração.

Estes problemas não são apenas um apanágio dos países como o nosso, pois ainda persistem nalguns mais desenvolvidos e com maiores possibilidades.

Estamos, porém, conscientes de que a todo e qualquer cidadão assiste o direito de participação activa na construção da sociedade em que vive e que Estados como o nosso, guiados por partidos progressistas e democráticos, não devem poupar esforços na criação de condições propícias a uma adequada adaptação social dos seus membros.

Durante o decénio dedicado aos diminuídos físicos, as nossas acções, neste delicado sector social, visarão a protecção e a promoção dos nossos diminuídos físicos em geral e, muito particularmente, dos que generosamente sacrificaram uma parte do seu corpo para a libertação do nosso povo.

As nossas actividades prosseguirão no sentido do programa de acção mundial, relativamente aos diminuídos físicos, adoptado pela 37.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Dezembro de 1982, que pretende que sejam tomadas medidas adequadas com vista a assegurar a prevenção da deficiência física, a readaptação e a participação dos diminuídos físicos na vida social e no desenvolvimento.

Embora as nossas limitações em recursos humanos e materiais nos impeçam de realizar grandes progressos, nunca deixaremos de reconhecer o direito dos diminuídos físicos à igualdade de oportunidades e possibilidades, em relação às outras pessoas, de beneficiarem do melhoramento das condições de vida, de acordo com o nível do nosso desenvolvimento económico.

## EDUCAÇÃO

A educação é um dos sectores de actividade que será permanentemente no centro das nossas preocupações. Atingindo directa ou indirectamente o conjunto da população, cada cidadão é sensível ao que

vamos fazendo neste domínio. Por outro lado, uma política educacional errada poderá inviabilizar qualquer política, por mais correcta que ela seja, nos outros sectores de actividade do país. Se os recursos materiais são importantes para podermos avançar, os recursos humanos são determinantes no processo de desenvolvimento.

Uma outra característica do processo educativo é a de que os resultados das políticas adoptadas só se fazem sentir a médio prazo. Uma geração de quadros leva 10 a 15 anos a ser formada. Assim, as políticas adoptadas para o sector só apresentam resultados práticos bastantes tempo após a sua adopção.

Hoje, começamos a sentir os efeitos de algumas das medidas adoptadas logo após a independência do nosso país. Perante a presente necessidade de escolarização, e da falta de quadros com que nos deparávamos na altura, realizámos um esforço de massificação do ensino, ultrapassando de longe, as nossas capacidades materiais e humanas e sem ter em conta o seu enquadramento numa estratégia a médio prazo para o sector.

Face ao aumento do número de alunos no sistema, não tivemos capacidade, nem isso era possível, se atendermos aos recursos disponíveis, para fazer novas salas de aulas dignas desse nome, dotar os novos do material didáctico indispensável e ter professores com a qualificação mínima exigível para fazer o ensino que o país precisava.

Talvez tenha sido um erro conjuntural, pois nas circunstâncias em que acedemos à independência dificilmente se poderia ter feito de outro modo, mas hoje, conscientes dessa situação há que adoptar medidas de correcção imediatas e uma reformulação da estratégia a médio prazo.

É preciso que tenhamos todos uma consciência clara de que, se mantivermos a degradação acelerada de qualidade do ensino praticado no país, estaremos a pôr em risco a nossa própria independência, conquistada à custa de tantos sacrifícios.

Quem irá tomar conta dos destinos deste país, no futuro se não pudermos formar quadros competentes e de qualidade?

corremos o risco de aumentar a nossa dependência, em relação ao exterior, na área dos recursos humanos que poderá levar até à alienação da nossa própria soberania. Teremos de adoptar medidas imediatas que sustentem o desenvolvimento negativo de uma tal educação, e uma estratégia a médio prazo que conduza a uma correcção do percurso, de acordo com o processo de desenvolvimento económico e social.

O Governo adoptou algumas medidas já implementadas ao longo do corrente ano lectivo, de acordo com uma reorganização global a fazer no nosso ensino. Apesar das reacções negativas surgidas em relação às limitações introduzidas nos últimos anos do ensino secundário, reacções essas com maior incidência nos centros urbanos, pensamos que elas serão melhor compreendidas quando sabermos que no meio rural só 34% das crianças em idade escolar têm acesso à escola, dada uma limitação não decretada, mas real, que é o facto de não haver escolas para as outras. Há que rever prioridades e redistribuir os recursos existentes, em conformidades com as mesmas.

As resoluções do III Congresso do PAIGC, confirmadas pelo I Congresso Extraordinário, traçaram um quadro de objectivos bem claro para o nosso sistema educativo. O Governo está firmemente disposto a adoptar uma política educativa que nos aproxime cada vez mais desses trabalhadores do nosso país. A curto prazo, irão adoptar-se medidas no sentido de conduzir o ensino secundário às dimensões que correspondam às necessidades do país imprimindo uma melhoria na qualidade do mesmo.

— promover uma melhor selecção dos agentes docentes, nomeadamente, no que se refere às exigências de formação científicas para o exercício do cargo;

(Continua na página 10)

# Caminhar devagar mas seguramente

(Continuação da página 9)

- reestruturar os serviços de modo a aumentar a sua eficácia, tanto no domínio da concepção, como no da execução e controlo do ensino a desenvolver;
- fazer um esforço global de aumento da qualidade do ensino nos diferentes níveis e em particular no ensino básico;

É intenção do governo submeter à Assembleia Nacional Popular, um documento de estratégia a médio prazo para o sector educacional, baseando-se nos objectivos e prioridades definidos pelo Partido que terá como orientação principais:

- dar prioridade absoluta ao ensino básico e, em particular, às quatro primeiras classes;
- dimensionar o ensino secundário de acordo com as necessidades do país;
- desenvolver a formação profissional e técnica no país;
- melhorar o nível e alargar a capacidade de formar professores no país para os diversos níveis de ensino com prioridade para o ensino básico;
- melhorar as infraestruturas escolares existentes e construir novas com prioridades para o ensino básico; outros meios de ensino indispensáveis;
- dotar as escolas com o material didáctico e reformular o conteúdo do ensino tornando-o mais adequado às nossas realidades sócio-económicas;
- e promover a alfabetização enquadrada no processo de desenvolvimento sócio-económico.

A elaboração da estratégia educacional terá que levar em conta os recursos internos e externos que o sector poderá obter nos próximos anos, procurando-se uma utilização racional e rentável dos mesmos. Só através da elaboração desta estratégia poderemos saber como caminhar para o futuro, avaliando em cada etapa o trabalho desenvolvido e corrigindo-o, quando necessário. Sendo a educação tarefa de todos nós, a política educacional a adoptar deve ser amplamente discutida e explicada de modo a ser plenamente assumida por todos os que nela participem.

## SAÚDE

Apesar das carências materiais o sector da saúde tem merecido da parte do nosso Governo uma atenção especial. Com uma política claramente traçada e enquadrada na estratégia definida pela Organização Mundial da Saúde sob o lema Saúde para todos até o ano 2000, temos vindo a conseguir sucessos assinaláveis neste domínio.

Tendo-se conseguido uma articulação e coordenação entre as acções preventivas e curativas, através das estruturas de cuidados primários da saúde e cuidados hospitalares, as avaliações com base nos indicadores mundiais adoptados revelam uma melhoria satisfatória das condições sanitárias no nosso país após a independência.

Estima-se, por exemplo, que 64% da população do nosso país tem acesso a uma formação sanitária de qualquer nível, numa distância inferior a 5 Km.

Conseguimos atingir o número de 1 médico para cada 7000 habitantes e 1 enfermeiro para cada 3800 habitantes o que, comparativamente à situação herdada após a independência, corresponde a um salto enorme em tão pouco tempo.

Conseguimos reduzir a taxa de mortalidade infantil significativamente.

Alargámos a rede de unidade de saúde e o país dispõe hoje de 181 unidades de saúde de base, 121 centros de saúde, 10 hospitais de sector, 4 hospitais regionais e 2 hospitais nacionais, estando já em construção outros.

Apesar destas conquistas, muito há ainda a fazer no sector da saúde. Temos, por exemplo, de melhorar a distribuição dos recursos humanos e materiais. O Sector Autónomo de Bissau com 14% da população do país tinha, em Janeiro de 1985, 49,1% do total dos médicos existentes enquanto que a região de Oio, com 17% da população total, só dispunha de 2,4%.

Teremos de melhorar as condições de funcionamento dos nossos hospitais exigindo mais, quer do pessoal da saúde quer dos utentes que muitas

vezes contribuem para a degradação das infraestruturas criadas em seu proveito.

No que diz respeito aos medicamentos, o nosso Governo fez um esforço assinalável através da Central Farméutica para alargar a rede de farmácias a todo o país. No entanto, lutamos ainda com graves dificuldades no que diz respeito ao fornecimento regular de medicamentos, mas é uma situação causada pelas dificuldades económicas que o país atravessa, nomeadamente no domínio da importação.

Mas pensamos que o balanço é positivo. Temos de continuar a caminhar devagar mas seguramente. Por todo o lado, a nossa população pede a abertura de centros de saúde dadas as suas reais necessidades, mas só poderemos satisfazer esse pedido de uma forma planificada e de acordo com os meios de que vamos dispor. Mais vale andar devagar e bem, do que a correr e mal.

## JUSTIÇA

Como já o dissemos noutras ocasiões, reafirmamos mais uma vez que o nosso Governo está firmemente decidido a fazer com que o nosso país seja um verdadeiro Estado de direito. A Constituição aprovada pela Assembleia Nacional Popular, após uma ampla discussão popular, criou as bases legais para um correcto funcionamento do aparelho judicial, dando garantias aos juizes para o exercício imparcial das suas funções.

Pouco a pouco, estamos a proceder a uma dinamização do aparelho judiciário e a criar órgãos de administração de justiça.

A acumulação de processos atrasados exige um esforço enorme para a regularização desta situação, mas já se encontraram soluções que vêm permitindo uma melhoria da mesma.

No entanto, a nossa Constituição define que a justiça deve ser administrada com base numa ampla participação popular. Por isso, teremos de dedicar uma atenção especial aos nossos tribunais populares, cuja acção foi tão eficaz durante a nossa Luta de Libertação Nacional. É firme intenção do Governo dinamizar o funcionamento desses tribunais. Contudo, para um correcto exercício da função judicial, duas questões nos parecem pertinentes e devem merecer a nossa atenção. Em primeiro lugar, os nossos juizes, a todos os níveis, terão de ser cidadãos exemplares, independentes, que só devem obediência à Lei e à sua consciência. Temos garantias de que efectivamente podem administrar a justiça nessa base. Sabemos que há interferências exteriores ao aparelho judiciário na administração da justiça, condicionando-se dessa forma a acção dos juizes.

Sabemos que há responsáveis de outros sectores da administração pública que se julgam com direito de interferir na administração da justiça. Queremos deixar bem claro, que iremos combater decididamente as situações desta natureza. A justiça é administrada unicamente pelo aparelho judiciário e qualquer cidadão ou entidade descontente com a decisão judicial, a qualquer nível, terá de recorrer aos escalões superiores do aparelho judiciário como únicos órgãos competentes para a revisão de sentenças proferidas.

O Governo tudo fará para prestigiar o nosso aparelho judiciário mas é também indispensável que os elementos do mesmo, pelo seu trabalho e honestidade, contribuam para esse fim.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A análise da situação do país, já nos revelou que possuímos um aparelho administrativo demasiado pesado, dispendioso e cuja eficácia não é directamente proporcional ao seu tamanho.

Ao longo destes anos de independência, soluções para o problema têm vindo a ser tentadas mas os resultados até agora alcançados não têm sido animadores.

A estruturação actual do Governo vem na linha de mais uma tentativa de mudança, pois ao agrupar sectores debaixo da mesma tutela procurámos simplificar circuitos, facilitar a coordenação e reduzir o peso da máquina administrativa central. Ainda é cedo para fazermos o balanço e concluirmos da eficácia ou não da estrutura adoptada, mas pensamos que há que prosseguir na reestruturação da nossa admi-

nistração pública, do topo à base. A experiência dos anos de independência já nos deu algumas indicações sobre determinados estrangulamentos que impedem o bom funcionamento da máquina administrativa e ela pode servir de base a um estudo aprofundado que nos dê as orientações a seguir.

Temos de ter a consciência clara de que não é fácil conceber e executar reformas administrativas, apesar de estarmos conscientes de que são necessárias.

No entanto, o Governo vai continuar a adoptar medidas pontuais para a melhoria da situação existente, ao mesmo tempo que vai promover um estudo aprofundado sobre o que deve ser a administração pública no futuro.

De imediato, teremos de aumentar o nível de responsabilidade em todos os escalões da nossa função pública e adoptar medidas rigorosas pelo não cumprimento das normas em vigor. Assistimos hoje a uma infracção das normas estabelecidas por parte de funcionários e mesmo de responsáveis, sem que as estruturas competentes tomem medidas para sanear a situação. Os processos disciplinares caíram em desuso e o bom responsável é aquele que tudo permite sem nada exigir. Há que pôr còbro urgentemente a esta situação.

Os nossos princípios de funcionamento do aparelho administrativo são bem claros e trouxe-mo-los da luta, onde deram boa prova de si. As regras, na sua maior parte, herdámos da administração colonial. Equanto não concebermos a administração que devemos ter no futuro, há que pôr a que temos a funcionar com o máximo de eficácia possível e para isso há que cumprir com rigor as regras válidas neste momento.

A situação económica que atravessámos e a própria eficácia do aparelho administrativo vão-nos obrigar a uma redução dos efectivos na mesma. Ao fazermos essa redução iremos adoptar critérios de justiça e eficiência. Temos de garantir o futuro deste país e a manutenção da situação actual corresponde à inviabilização da nossa existência como país soberano e independente.

A supressão, hoje, de lugares na função pública vai significar mais postos de trabalho noutros sectores amanhã, pois enquadra-se na estratégia de estabilização e relançamento da nossa economia.

Outra componente importante para o relançamento da nossa administração pública é a formação. O exercício de qualquer função, no quadro do aparelho administrativo, exige uma competência técnica, para além de uma sólida formação política, em particular nas funções de chefia. O Governo já desencadeou um processo que irá conduzir à realização de acções de formação de novos quadros e à superação dos actuais. Que ninguém pense que já sabe tudo e não tem nada a aprender. Cabral ensinou-nos que aprender é um processo contínuo que nunca para. Iremos dar oportunidade aos nossos quadros para melhorarem os seus conhecimentos mas é preciso que cada um saiba aproveitá-la da melhor maneira.

Participamos neste momento numa acção de formação no sector da administração pública, no quadro do grupo dos Cinco, a qual poderá ter bastante interesse no futuro dadas as perspectivas de continuidade e a riqueza das trocas de experiência entre os nossos países.

## INFORMAÇÃO

Considerado por muitos como sendo um sector improdutivo, ela é contudo uma arma fundamental na criação do Homem Novo, ao mesmo tempo que pode desempenhar um papel primordial no processo de desenvolvimento do nosso país.

A informação guineense nasceu com o P. A. I. G. C. e foi com a nossa rádio libertação, sobretudo, que criámos um instrumento ofensivo de combate às manobras, à ideologia, aos crimes do inimigo colonialista. Hoje, com a nova fase de luta que estamos a levar a cabo, ela deve continuar a desempenhar o seu papel na mobilização e conscientização permanente do nosso povo, tal como ontem contribuiu decisivamente para que os combatentes e as massas populares assumissem a grandeza da luta.

(Continua na página 11)

# Nas fileiras das FARP devem estar camaradas que sejam exemplo da nossa sociedade

(Continuação da página 10)

As dificuldades com que se vêm debatendo os órgãos de informação nacionais, sejam de ordem material ou humana, têm constituído uma preocupação constante do nosso Governo.

Está na base desta constatação, a necessidade de o nosso Governo se debruçar, paralelamente, sobre a criação de condições materiais que permitam, por um lado, garantir a cobertura integral do território nacional pela RDN e, por outro, privilegiar a participação efectiva das massas populares no circuito da informação nacional.

É neste quadro, que esperamos para breve, o início da execução do projecto de desenvolvimento do sistema de Radiodifusão, a ser financiado pela UNESCO. Este projecto que nos permitirá, numa primeira fase, fazer chegar a nossa rádio a todos os cantos do país, garantir-nos-á, numa segunda fase, a instalação das rádios regionais, com uma informação voltada essencialmente para os problemas do mundo rural, diminuindo assim, ainda mais, o fosso existente entre a cidade e o campo.

De igual modo, contamos com uma ajuda importante da República Federativa Socialista da Jugoslávia, que permitirá colmatar algumas brechas importantes neste sector.

Se é certo que a Radiodifusão Nacional deu nos últimos tempos um salto qualitativo, sem contudo atingir os níveis ainda desejados, o Jornal «Nô Pintcha» melhorou igualmente, quer na sua apresentação quer no conteúdo dos seus artigos.

Contudo, deverá fazer mais um esforço no sentido de readquirir o seu estatuto de Trissemanário, com as responsabilidades dos seus 10 anos de vida e de luta em prol da Reconstrução Nacional.

No que respeita à ANG — Agência noticiosa da Guiné — ela começa a sair da sua fase embrionária e procura já responder às necessidades internas e externas, em matéria de informação sobre o nosso país. Esperamos que a ajuda a conceder pela U.N.E.S.C.O. e outras agências internacionais que lhe permita afirmar-se como uma arma importante na defesa das nossas posições no plano internacional.

Antes de terminar, gostaríamos de saudar os nossos jovens jornalistas, cujos esforços reconhecemos, sem contudo deixar de apelar no sentido de melhorarem cada vez mais o seu nível político e profissional, factor determinante na qualidade da informação que prestam.

Muito há ainda por fazer, no sentido de uma melhor informação ao nosso povo e de uma maior divulgação da nossa realidade e dos nossos esforços, a nível internacional.

## CULTURA E DESPORTO

Com a nova estruturação do Governo, o sector da cultura e do desporto ganhou um novo dinamismo, em particular este último. Tendo-se realizado a II Conferência Nacional do Desporto, traçaram-se as linhas principais para a definição de uma nova política desportiva a ser levada a cabo. Tendo a massificação da prática desportiva como objectivo a longo prazo, algumas medidas estão já a ser tomadas nesse sentido. Assim, iniciaram-se acções tendentes ao fomento da prática das modalidades menos desenvolvidas quer nos aspectos organizativos quer na recuperação das infra-estruturas e da formação de quadros desportivos.

Quanto ao desporto de alta competição tem-se em vista a preparação mais cuidada e planificada das nossas selecções nacionais para assegurar uma representação condigna do nosso país.

Tenta-se neste momento um esforço assinalável para trabalhar planificadamente e estamos convictos de que pouco a pouco, iremos assistir a uma melhoria qualitativa sensível neste sector.

Não poderíamos deixar de fazer notar a construção em Bissau, com a cooperação da República Popular da China, de um novo estádio, o qual irá contribuir, de modo importante para o incremento do desporto, dadas as excelentes condições para a sua prática que o mesmo permitirá.

No domínio da cultura, sector que tem sofrido de uma certa estagnação nos últimos anos, o Governo, através da adopção de uma série de iniciativas, prepara-se para dinamizar as actividades culturais em diversos domínios. Paralelamente à reestruturação a que se está a proceder, começam-se a traçar as linhas de acção e os planos a executar de acordo com as orientações do Partido e com a importância que a cultura deve ter no nosso processo de desenvolvimento sócio-económico.

## SEGUROS E PREVIDÊNCIA SOCIAL

O sector de Seguros e Previdência Social tem vindo a ter um incremento tensível tanto na acção como nos aspectos organizativos.

Assim, o Governo já aprovou o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social e este encontra-se em fase de estruturação de modo a poder responder aos objectivos que lhe são consignados.

Conforme a nossa Constituição, o Estado deve criar, gradualmente, um sistema capaz de garantir ao trabalhador uma segurança social na velhice, na doença e quando lhe ocorra incapacidade de trabalho. Por outro lado, o Estado deve proteger a infância, a juventude e a maternidade.

Foi no quadro do cumprimento destes objectivos que o Governo criou o INSPS procurando dar-lhe todo o apoio para a realização dos seus trabalhos.

Durante as acções já em curso de realização, podemos salientar a construção, já em fase de acabamento, de 54 residências destinadas aos beneficiários da Previdência Social e a outros quadros. Esta primeira iniciativa que se enquadra no esforço para encontrar soluções para o grave problema habitacional com que nos deparamos nos centros urbanos, nomeadamente em Bissau, aponta para a via a seguir no futuro.

Também no âmbito da Assistência Médica e Medicamentosa algo se vai fazendo em benefício dos trabalhadores inscritos na Previdência Social. Aí queremos destacar o funcionamento de uma Policlínica em Bissau, pertencente à UNTG, a qual, funcionando em estreita colaboração com o INSPS, vem prestando assistência aos trabalhadores.

Os resultados já obtidos animam-nos a prosseguir na linha traçada.

## DEFESA E SEGURANÇA

Abordando a problemática que neste momento se põe em relação às nossas gloriosas Forças Armadas, e a Segurança volvidos mais de 10 anos após a conquista da nossa independência, é justo rendermos aos combatentes, que, sem desânimo, consentiram os sacrifícios exigidos pelas duras condições que a luta de libertação nos impôs, a homenagem que merecem. Conquistaram por via disso a admiração e a estima do nosso povo, que neles vê o baluarte intransponível para a defesa das conquistas da nossa luta.

Contudo, enormes esforços têm vindo a ser levados a cabo no seio das FARP no sentido de conferir às suas unidades as indispensáveis capacidades operacionais, de acordo com os métodos modernos do nosso tempo.

É evidente que o cumprimento cabal das suas tarefas exige que as FARP sejam dotadas de meios humanos e materiais, que infelizmente não estão ainda ao alcance da capacidade económica actual do nosso país. No entanto, e de acordo com as ajudas que temos vindo a receber principalmente da União Soviética, da Comunidade Socialista, da Argélia, da França e de Portugal, achamos que sendo as Forças Armadas o elemento principal do nosso sistema de defesa, e para que cumpram cabalmente a sua missão, elas devem incrementar a preparação combativa das suas unidades, de modo a dominarem a técnica militar indispensável a um exército operacional moderno.

Neste contexto, e tendo em conta os consideráveis meios modernos postos à sua disposição, as FARP, não podem descurar a questão da preparação e superação contínua dos seus quadros que constituem a coluna vertebral de qualquer exército. Os cursos que vêm sendo ministrados pelo Es-

tado-Maior General devem ser rigorosos e o critério das promoções deve ter em devida conta o grau de aproveitamento dos seus participantes a todos os níveis.

Outro factor determinante e que as FARP têm que tomar a sério, é o da manutenção da disciplina no seio das Forças Armadas. Nós que fomos guerrilheiros, sabemos bem qual é a importância da disciplina e do seu espírito imposto na fase da libertação armada. O exemplo deve partir de cima para que as restantes classes das nossas Forças Armadas possam reflectir o brio e a linha que deve guiar cada elemento das nossas FARP.

O Estado-Maior General das Forças Armadas deve agir neste sentido, para dar aos nossos oficiais toda a noção de responsabilidade que devem ter e acabar com o desleixo no seio das Forças Armadas, cujo reflexo se sente ao nível do seu trabalho, ao nível da sua própria vida e no seu comportamento moral.

Há que combater o desleixo pela pontualidade, e exigir o escrito cumprimento das tarefas que lhes são confiadas.

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo devem ter somente nas suas fileiras camaradas responsáveis e conscientes que sejam exemplos da nossa sociedade e que personifiquem o homem novo sociedade por Amílcar Cabral.

A elevação constante do nível cultural da base ao topo, dos combatentes da Liberdade da Pátria deve constituir igualmente preocupação básica e permanente, para que as Forças Armadas possam ter uma participação mais vinculada nesta nova fase de luta que enfrentamos para a construção da nossa terra.

Neste capítulo, gostaríamos de louvar e estimular o trabalho que este ano as nossas Forças Armadas levaram a cabo no campo da produção, principalmente no cultivo do arroz. A experiência deve continuar ao nível de todas as regiões militares, de forma programada e variada.

Estamos convencidos e profundamente animados com esta acção paralela aos imperativos de defesa, visto que a produção este ano obtida pelas FARP na colheita do arroz, poderá vir num futuro que esperamos breve, a aliviar o nosso orçamento e a canalizar poupanças para outros sectores vitais ao nosso crescimento.

De igual modo, queremos chamar a atenção do Ministério das Forças Armadas para que trabalhe em conjunto com o ministério das Finanças, na institucionalização rápida da Taxa Militar, visando diminuir a prestação em taxa que prestam e os que não prestam serviço militar efectivo.

Conjugado com isto, importa recordar a necessidade de se legislar sobre a prestação de serviço militar obrigatório.

Se às Forças Armadas cabe a tarefa de defesa da soberania nacional, de igual modo cabe ao serviço Nacional de Segurança e Ordem Pública a tarefa não menos importante da segurança interna. Estas duas instituições têm a missão conjunta de criar um clima de paz indispensável à realização das tarefas da Reconstrução Nacional.

Sem nos pretendermos repetir, recordando os erros que os serviços de segurança cometeram no regime deposito pelo glorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro, queremos chamar a atenção dos responsáveis deste Ministério para a necessidade de um maior e mais sério engajamento dos seus quadros responsáveis no combate duro e sem trégua à delinquência, que infelizmente tem vindo a aumentar de dia para dia.

É preciso que o agente da autoridade modifique o seu comportamento e imprima uma sã e correcta disciplina à sua acção, para que possa impôr o respeito que lhe é devido no cumprimento da sua nobre missão. Hoje em dia, ainda há muita falta de respeito pelo agente da autoridade. Isto não pode ser e tolerá-lo é pôr em causa a própria instituição, é pôr em causa a defesa dos nossos cidadãos, é pôr em causa a defesa da nossa economia.

Dá a necessidade de se impôr uma séria disciplina interna, não tolerando os desvios às normas

(Continua na página suplementar)

## Medicina desportiva na Zona-2

# Guiné-Bissau vai ter a sua associação

O sexto seminário da medicina desportiva, organizado anualmente pela União da Medicina Desportiva da Zona-2, terá lugar em Bissau daqui há dois anos (1987), revelou o dr. José António Gonçalves que, na companhia do enfermeiro Anibal da Mata, participou no quarto seminário desta especialidade realizado em S. Vicente (Cabo Verde).

No próximo ano, Conakry será anfitrião do quinto seminário.

O médico da equipa nacional de futebol, José Gonçalves, disse que «faremos uma reunião no Ministério da Saúde para que esta instituição estatal permita o enquadramento de mais cinco médicos que gostem do desporto no sentido de ser formada a

Associação da Medicina Desportiva da Guiné-Bissau. Este passo — disse ainda — será importante para estarmos devidamente preparados para realizarmos o referido seminário em Bissau». Esta reunião será efectuada quando o dr. Celestino Costa regressar do exterior.

Em S. Vicente, o seminário foi orientado pelo médico português dr. Anibal Costa e principais temas abordados foram: traumatologia, alimentação dos desportistas, doping e desporto infantil, entre outros. Um apelo foi lançado aos organismos desportivos do Zona-2, no sentido de sensibilizarem os desportistas e espectadores para o combate à violência nos estádios.

### DESPORTO AJUDA A DEBELAR DOENÇA

A criação de associações de medicina desportiva em cada um dos países membros da Zona-2 foi uma decisão emanada pela Conferência de Ministros do Desporto reunida, há dois anos, em Nouakchott. Devido a vários problemas, a Guiné-Bissau ainda não conheceu a sua associação. O médico Celestino Costa era o único ligado ao desporto a que se juntou depois José Gonçalves.

«Isso era natural já que se debate com a escassez de médicos. Agora, com a chegada de mais médicos nacionais formados, será possível dar um passo nesse sentido e creio que a reunião por realizar irá resolver o problema».

Há situações que em nada beneficiem o desporto. Por exemplo, há pais que não desejando, por uma ou outra razão, que os seus filhos pratiquem o desporto escolar (onde há obrigatoriedade da cultura física), pedem atestado médico para justificarem esse seu capricho. «Se for só por capricho — revelou José Gonçalves — isso vem, mais uma vez, demonstrar que o desporto necessita de médicos para explicarem e combaterem essas tendências». Para o nosso interlocutor, a prática desportiva tem um papel bastante vasto não só no respeitante ao poder físico, como também no plano intelectual e para debelar algumas doen-

ças que podem afectar a saúde das crianças.

«Qualquer médico que goste de desporto pode trabalhar na medicina desportiva. O seu papel — explicou José Gonçalves — é reconhecer imediatamente a lesão do atleta no terreno e consoante o mal enviá-lo a um especialista. Para isso só é necessário conhecer bem a anatomia humana». Para ele, um traumatologista, clínico geral ou cardiologista, etc, podem trabalhar na medicina desportiva e até mesmo um pediatra, pois ao falarmos do desporto infantil temos de incluir esta especialidade da medicina — disse a terminar.

1985  
ANO  
DE  
SANEAMENTO  
ECONÓMICO  
E COMBATE  
À CORRUPÇÃO

### FICHA TÉCNICA:

JORNAL NO PINTCHA:  
AV. DO BRASIL, C.F.  
154 — BISSAU —

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES — SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO — TELEFONE N.º 21 37 13/23/26.

Director: António Soares.

Chefe de redacção:  
João Quintino.

Redacção: Aniceto Alves, Armando Conté, António Tavares, Carolina Morgado, Daniela Amado, Inácia Pereira, Justiniano Mendonça, Mamadu Djau, Mateus da Silva, Odette Cardoso, Pedro Albino, Paulo Nanque, Simão Abina. Maquetagem: Cândido Camará, Fernando Júlio, Manuel Júlio. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchudá, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretária da Redacção: Eurálice Gama, Ivete Monteiro, Rita Capucho. Administração e Venda: Angela Reis, Ernesto Cá, Manuela Correia.

### TELEFONES ÚTEIS

POLÍCIA: COP-1, antiga 1.ª Esquadra — 21 37 49; COP-2, antiga 2.ª Esquadra — 21 13 65; COP-3, antiga Polícia Móvel — 21 39 57.

HOSPITAL: Banco de Socorros — 21 28 66; Maternidade — 21 28 69; Pediatria — 22 52.

### FARMÁCIAS:

Farmácia n.º 1 — Rua Guerra Mendes — 21 55 15; Farmácia Moderna — Rua 12 de Setembro — 21 27 02; Farmácia dr. João Soares da Gama — Bairro de Belém — 21 34 73; Farmácia Higiene — Rua António M'Bana — 21 25 20; Farmácia 20 de Janeiro — Bairro de Santa Luzia — 21 50 70.

### Desporto de massa

Todos os encontros do campeonato de futebol salão feminino realizados até agora foram homologados, anunciou um comunicado da Federação da UDEMU (União Democrática das Mulheres).

Resultados dos jogos: Ministério do Desenvolvimento Rural, 0- BNG, 9; CEABIS, 4-CICER, 4 e Alfândega, 1-BNG, 5. Ontem, enquanto procedíamos ao fecho da presente edição, decorria à noite, pavilhão da UDIB, as seguintes partidas: P.C.E.-CICER, U.D. M.U.-CEABIS e I.N. A.C.E.P.-MDR. Este último encontro não se realizou no dia marcado devido a desentendimentos surgidos no referente a camisolas das duas equipas que por sinal eram bem distintas.

A turma do BNG comanda a classificação da série-A com seis pontos seguida pelo M.D.R. e Seguros, todos com três pontos. Na série-B, o topo é pertença da UDEMU com três, tendo na sua peugada a equipa da CICER e CEABIS cada um com dos pontos. A lista dos melhores marcadores tem isolado na série-B: Segunda da Silva (CICER) com quatro e Juditte da Silva (U.D.M.U.) com três golos apontados.

Uma ronda sem grandes sobressaltos esta 23.ª com Bafatá a iniligrir ao Atlético de Bissorã a sua quinta goleada, a mais expressiva surgida até ao momento nesta presente temporada futebolística. O 9-0 com que terminou o encontro exprime a sanha das três formações que aspiram ao título e ainda não arredaram o pé da sua corrida.

A UDIB, em Bolama, depois de um certo susto regressou com os dois pontos e um resultado de 4-2. A terceira equipa e candidata à reválidação do título, o bi-camplião nacional, Sporting de Bissau, viajou até ao domicílio do Bula F.C. onde arrancou os dois preciosos pontos através de uma

tangencial vitória de 1-0.

Com 39, 37 e 36 pontos respectivamente, a UDIB (com dois jogos em atraso, com o Estrela de Bissau e Benfica), o Sporting de Bafatá e o Sporting de Bissau (com menos um jogo este com o Benfica) são os mais sérios candidatos a coroação final e procuram a todo o transe não se deixarem ultrapassar ou ficarem afastados com uma grande diferença pontual, precisamente quando faltam neste momento seis jornadas por jogar. O Benfica cedendo um nulo a zero bolas frente aos Balandas de Mansoa, vê-se assim a menos de 12 pontos significativos de líder. Fazer as restantes

jornadas sem uma derrota é extremamente difícil (não impossível) para os encarnados, bastante irregulares. Por outro lado, os donos do topo não irão decerto perder os seis encontros que ainda têm por disputar.

A corrida a faixa dos campeões pertence, cremos muito, a UDIB Sporting de Bafatá e Sporting de Bissau. Se será emocionante a criará «suspense» só depois de cumpridos os jogos em atraso que envolvem duas das referidas formações e poder-se-á extrair daí algumas conclusões.

Para ter um lugar no torneio de abertura para a disputa da Taça PNUD, no que se refere

as equipas do interior, continua a haver dúvidas sobre a turma que proventura acompanhará Bafatá. Entre os nomes retidos há os de Farim, Tombali, Gabú e Cantchungo. Uma dessas equipas tem as suas hipóteses, uma mais do que outras mas tudo depende de seu empenho na recta final. Os resultados da vigésima terceira jornada: Bafatá, 9 — Bissorã, 0; Ajuda, 2 Canchungo, 0; Benfica, 0 — Mansoa, 0; Quinara, 1 — Farim, 2; Bolama, 2 — UDIB, 4; Bula, 0 — Sporting, 1 e falta de comparência do Tombali no jogo com o Ténis.

O encontro entre Estrela de Bissau e Gabú não se realizou por falta de comparência da equipa de arbitragem.

## Taça dos campeões africanos

A primeira mão dos oitavos de final da Taça de África dos Clubes Campeões, foi disputada no passado fim de semana. Nesta fase da prova, o Black Rhinos, do Zimbabwé, foi à Zâmbia arrancar uma vitória no campo do adversário. Foi vencer a Kitwe (Zâmbia), o Power Dynamos por 2-0, com os tentos apontados por Jerry Chidawaka. Em Kinchasa, o AS Bili-ma (Zaire) e Cará (Congo), empataram a uma bola.

Em Conakri, o AS Kaloun venceu os nige-

rianos do Enugu Rangers por 2-0. Os golos foram de N'Diaye N'Dour e Amara Touré. Em Bamako — O Stade Malien ganhou o Ghali Marcara por 2-0, com golos de Aly Badará e Abdoulaye Kaloga. Verificou-se duas grandes ausências na equipa argelina sendo Lakdhar Beloumi, lesionado e Mekloufi, suspenso pela CAF. Em Dakar, os golos de Mustapha N'Diaye (2 tentos) e Baba N'Diaye, deram a vitória (de 3-0) aos senegaleses do US Gorée frente aos ganeses do Hear-

tn of Oak. Em Tunis, as FAR (Forças Armadas Marroquinas) venceram o Bizerty da Tunísia por 4-1, passando desta forma para as meias-finais. Para as FAR, apontaram Khairi, Hidaoui, Timoumi e Aziz, enquanto que, os donos da casa obtiveram o seu tento de honra por intermédio de Gharbi.

Em Cairo, o Zamalek (Egipto) bateu o El Hilal (Sudão) por 4-0, enquanto que o Vitalo do Burundi venceu em Bujumbura o A.S. So-gara (Gabão) por 3-1.

### TÉNIS-250 mil dólares para MECIR

O tchecoslovaco Miloslav Mecir venceu, no passado domingo, o grande torneio de ténis de Hamburgo, ao bater na final o sueco Henrik Sudntroem em três sets (6-4 e 6-4). Mecir de 20 anos de idade, havia afastado nas meias-finais o conhecido tenista sueco Mats Wilander.

Depois de Roderich Menzel (1931) e Jaroslav Drohbný (1950), Mecir é o terceiro tchecoslovaco a vencer o Torneio de Hamburgo.